



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 19 - Nº 360 - DE 03 A 17 DE JULHO DE 2008 - R\$ 2,00

Greve dos professores em São Paulo Abaixo os decretos de Serra!!



MTL crise na Conlutas às vésperas do Congresso

Bolívia: Evo se mostra incapaz de enfrentar a direita

Tendências recessivas se manifestam. Resposta proletária à crise capitalista:
Fim da miséria: Salário mínimo vital de R\$ 2.750,00, com escala móvel;
Fim do desemprego: escala móvel das horas de trabalho, sem redução salarial
Terra aos camponeses pobres e expropriação do agronegócio;
Independência de classe. Construir o Partido Operário Revolucionário.
Fim do capitalismo: governo operário e camponês, revolução proletária.

Tendências da crise

Os dados da economia brasileira revelam que já sente efeitos da recessão internacional.

Na passagem de abril para maio, 16 das 27 atividades pesquisadas pelo governo (Secex – Secretaria de Comércio Exterior) registraram redução na produção, como veículos automotores (queda de 5,5%) e as máquinas e equipamentos (recoo de 4,7%).

O saldo positivo de US\$ 384 milhões na balança comercial da primeira semana de junho encobriu dois dados nas contas do comércio do Brasil com o exterior - a taxa de crescimento das importações duas vezes maior que a das exportações e o peso da conta de petróleo.

No caso do petróleo e derivados, houve déficit médio de quase 90 milhões de dólares ao dia ou cerca de 450 milhões na primeira semana de junho.

No ano, até o dia 6/6, a balança comercial acumulava superávit de 9 bilhões de dólares, valor 48,1% menor que a verificada em igual período do ano passado. O superávit da balança comercial no primeiro semestre de 2008 foi de pouco mais de 11 bilhões, número 44,7% menor que os US\$ 20,5 bilhões registrados em igual período do ano passado.

As vendas de produtos brasileiros ao exterior na primeira metade de 2008 somaram cerca de 90 bilhões de dólares, um aumento de 23,8% sobre o mesmo período do ano passado. Já as importações corresponderam a cerca de 79 bilhões, um salto de 50,6% em relação a um ano antes.

Dentre as exportações, apenas a soja teve crescimento significativo. A maior parte dos demais produtos (suco de laranja, açúcar, madeiras, têxteis) sofreu redução.

A bolsa de valores de São Paulo registrou em junho o pior resultado desde 2004: queda de mais de 10%. Reflete as tendências internacionais, que só têm comparação com a recessão da década de 1930.

O Ipea, instituto ligado ao Núcleo de Assuntos Estratégicos do governo, foi proibido de divulgar dados sobre a inflação brasileira atual. Lula mandou que se “priorizassem” os estudos de

projeção futura sobre a economia. Há via 22 anos que o Ipea divulgava suas pesquisas sobre a inflação e suas tendências. Comenta-se que a não publicação vem no sentido de não incentivar a especulação do capital financeiro.

O governo mandou reajustar a meta inflacionária de 4,5% para 6,5% ao ano, e subiu mais 0,5% na meta de superávit primário. Para alcançar este resultado, fez um corte de investimentos públicos de mais de 14 bilhões de reais que, somados a cortes anteriores, somam R\$ 29 bilhões.

A taxa de juros também tem sido aumentada a cada mês, para pressionar contra o aumento do consumo e com ele a alta dos preços.

Todos esses dados mostram as tendências recessivas se manifestando sobre a economia brasileira, apesar das medidas governamentais. O sintoma inicial é a desaceleração. A situação só não é pior por causa da queda do dólar, que barateia o preço do petróleo no mercado interno, embora dê uma freada nas exportações. E porque alguns setores têm registrado altas na produção, apoiados no crédito fácil e de vencimento a longo prazo, caso dos automóveis e da construção civil.

As medidas do governo não terão força suficiente para evitar que as tendências mundiais da economia se manifestem no Brasil. Nem taxas de juros, nem ajuda à produção reverterão as tendências mais gerais do capitalismo no planeta.

Diante desse quadro, os reajustes salariais que têm sido resultado das negociações de data-base de vários setores se mostram muito inferiores à aceleração da inflação. Tudo indica que os capitalistas buscam na alta dos preços (que valoriza artificialmente as ações nas bolsas de valores) uma compensação pela queda do comércio e das bolsas em nível internacional. Dessa forma, os custos da crise são despejados sobre os assalariados, que têm seu poder de compra reduzido pela inflação.

Rumos da crise política

A direção nacional do PT decidiu vetar a aliança com o PSDB em Belo Horizonte (MG). Aprovou todas as

demais, inclusive com o opositorista DEM. O PT faz alianças com as mais diversas frações oligárquicas pelo país, mostrando elevado grau de oligarquização. A exceção de Belo Horizonte se deve apenas ao fato de que fortaleceria a posição de Aécio Neves na próxima disputa presidencial. Trata-se de uma carta que o PT tenha de jogar, mas ainda prefere trabalhar com o alto índice de popularidade de Lula (58% nas pesquisas o apontam como bom/ótimo) para pressionar por um candidato do próprio PT à sucessão, hoje tido como Dilma Rousseff.

As denúncias de que Dilma teria participado com o advogado de Lula, Teixeira, no esquema de venda da Varig a uma empresa estrangeira têm sido a lenha da fogueira da crise política. Ficou evidente que Dilma e Teixeira foram comparsas na jogatina. O fato da compra da Varig envolver interesses do capital estrangeiro tem limitado os ataques da oposição. Trata-se de mais um episódio de podridão da burguesia e seu governo..

Assassinatos no Rio de Janeiro: mais um episódio da crise

A prisão pelo Exército e entrega de três rapazes a uma organização narcotraficante nos morros do Rio de Janeiro tornou-se mais um foco de crise política. A justiça mandou o exército sair do morro. Os milicos não acataram, continuaram “dando proteção” às obras de reforma das casas na favela, apesar da mobilização de pedreiros e moradores reivindicando a saída das tropas. A justiça eleitoral bloqueou então as obras, e o exército ficou sem pretexto para continuar. O bloqueio das obras foi fundamentado no uso eleitoral pelo deputado Crivela, candidato a prefeito e apaniguado de Lula.

Se de um lado o episódio comprovou a ligação de integrantes do exército com as quadrilhas de traficantes nos morros, de outro mostrou a fraqueza do governo em comandar suas tropas, que agem por conta própria. A colaboração de membros do exército com os narcotraficantes e o assassinato de jovens expõe a barbárie social do capitalismo.

Mais liberação de áreas de mata para a exploração

A pressão do Ministério de Minas e Energia e o desentendimento legal com o governo da Bahia levaram Lula a criar apenas três novas unidades de conservação ambiental no País - duas no Amazonas e uma no Pará - e não as cinco que deveriam ser anunciadas com toda a pompa no Dia Mundial do Meio Ambiente. As duas áreas “vetadas” para a conservação são na Bahia, uma delas riquíssima em bauxita (para fabricar alumínio), estarão ainda livres para a exploração de suas riquezas.

O governo vem tentando se equilibrar entre as pressões dos ambientalistas e dos explorativistas das florestas. Mas o fato é que cede às pressões dos capitalistas que anseiam pelo lucro da exploração das regiões florestais e de matas. A queda da Ministra Marina, embora fosse apoiada por setores do imperialismo europeu, permite acelerar a destruição da natureza no Brasil. A destruição não diminuiu significativamente durante o mandato da Ministra, mas agora será acelerada.

Denúncias de corrupção: azeite para a crise

Prosseguem as denúncias de corrupção entre as frações da burguesia, que pretendem por meio delas pressionar por seus interesses junto ao governo e demais frações capitalistas.

A prisão de centenas de pessoas num único dia, todas ligadas à distribuição de verbas do PAC de Lula, numa operação da polícia federal batizada de João de Barro, é um flash da crise política e da falta de capacidade de centralização governamental. Aos 700 milhões já desviados do PAC seriam juntados mais 2 bilhões de reais em verbas que estavam na mira da organização, que envolve empresários, deputados, prefeitos e vereadores de 9 estados, 119 prefeituras. Acompanha essa denúncia a demonstração de que o PAC tem tido escassa implantação.

O PAC foi concebido como um plano de obras que beneficiaria setores da burguesia com verbas, destinadas principalmente à construção de infraestrutura capaz de sustentar o crescimento da produção. Está implícito que muitos se beneficiarão com as “comissões”

(propinas) decorrentes de liberação e aplicação de recursos. É por meio dessas “benfeitorias” que o governo Lula pretende ampliar sua base de apoio. A ação da polícia federal atrapalhou, nesse sentido, os intentos do próprio governo federal. A ação da polícia federal mostra mais uma vez a dificuldade de centralização do aparato estatal pelo governo Lula.

CSS por um fio

A aprovação da nova CPMF, chamada de CSS, por apenas 2 votos na Câmara dos Deputados, revela uma pequena fração da dificuldade que o governo terá para ver aprovado o novo imposto. Isso porque era de se esperar que a ampla maioria da base governista da Câmara se expressasse numa votação mais folgada. No Senado, a relação com a oposição é mais difícil. O governo terá de fazer mais concessões para que sua base não deixe de aprovar a CSS. Será um desastre para Lula mais uma derrota no Senado.

A CSS é objetivo do governo porque permite a utilização de recursos com maior margem de manobra, não tem a vinculação determinada pela Constituição, como acontece com a maior parte dos impostos. A conquista da CSS pelo governo lhe daria ainda melhores condições para a próxima disputa eleitoral à presidência, utilizando melhor a força da direção do aparelho estatal.

Para ter uma vitória em sua aprovação, o governo tem oferecido parcela dos futuros recursos da CSS aos estados. Pretende-se conquistar assim o apoio dos governadores ao projeto, e os governadores podem pressionar suas bancadas no parlamento para aprovar a CSS.

A preços elevados, o PT tem de pagar não só à oposição, mas principalmente à sua própria base aliada, os custos da aprovação de cada medida no parlamento.

A crise na oposição

O PSDB, principal partido da oposição burguesa, se encontra em crise na atual situação. Seus principais dirigentes estão em choque ao redor das candidaturas nas cidades. Em São Paulo, o grupo de Serra fez campanha pelo apoio ao candidato do DEM à

prefeitura, contra Alckmin, do próprio PSDB. A disputa entre Serra e Aécio pela indicação a 2010 divide o partido. E as denúncias de corrupção também o atingem. A propina recebida da Alstom para liberação de verbas para obras em São Paulo e o uso eleitoral do Detran no Rio Grande do Sul por Yeda Crusis têm ocupado as páginas da imprensa.

As dificuldades de unidade dentro dos próprios partidos da burguesia dão conta da divisão entre as frações e quadrilhas capitalistas ao redor do Estado. Essa divisão tende a se acentuar com o agravamento da crise econômica.

Falta a ação da classe operária

A greve e as gigantescas manifestações de rua dos professores em São Paulo mostram um aspecto de uma tendência de luta que se manifesta hoje no funcionalismo. A necessidade dos governos em atacar as condições de vida e trabalho do funcionalismo correspondem a uma ansiedade da burguesia, que pretende ver menor gasto no Estado e mais recursos para subsidiar os negócios capitalistas. A violência da ofensiva governamental leva a respostas de luta dos trabalhadores e estudantes, apesar das direções conciliadoras. Viu-se isso no ano passado, com as ocupações de reitorias detonadas pela da USP, em resposta a decretos de Serra. Vê-se isso hoje, na greve e atos dos professores em greve, contra decretos de Serra.

Mas a classe operária ainda tem sido contida pelas direções burocráticas e integradas ao governo. A limitação do desemprego e reajustes salariais próximos da inflação oficial não durarão mais tempo. A onda recessiva trará mais desemprego, e a inflação real romperá os salários. A defesa do salário e emprego empurrará a classe operária para a luta de classes. O desdobrar da crise política, que tende a confluir com a crise econômica, aguçará a luta política.

É preciso intervir defendendo as reivindicações das massas que se chocam com as diretrizes governamentais e burguesas, impulsionando a ação independente das massas. Contra as tentativas das direções, que pretendem arrastá-las para a disputa interburguesa e eleitoral.

Londrina (PR): Escândalos na Câmara:

Uma lição sobre o funcionamento do Estado Burguês

A Câmara de vereadores, desde janeiro, vive de escândalo em escândalo. Começou com Henrique Barros, pego com a boca no botija, carregando R\$10 mil de propinas de empresários. Ele logo entregou o chefe da quadrilha, o então presidente da Câmara, Orlando Bonilha, que disse: “Não sou a única batata podre”. Bonilha passou a atirar para todos os lados, expondo os podres de vereadores e empresários da cidade. O setor imobiliário, bares, casas de prostituição e principalmente a Grande Londrina foram os alvos do bandido, que abriu a boca para ser beneficiado com a “delação premiada”. O ex-presidente da Câmara revelou que o diretor da Grande Londrina, Gildalmo Mendonça, entregava pessoalmente uma mesada aos vereadores, que subiu de R\$600, em 1997, para R\$1.600, em 2008. Gildalmo foi preso, mas já está em liberdade. Os que ainda não foram denunciados provavelmente calaram a boca de Bonilha com muito dinheiro (por exemplo, setor de supermercadistas, que estava no escândalo do caixa 2 de Nedson e o próprio prefeito).

O escândalo na câmara de vereadores de Londrina está escancarando como funciona o Estado burguês: não passa de um balcão de negócios. Empresas financiam campanhas e subornam os vereadores de todos os partidos.

Cabe aos trabalhadores, com isso, tirarem as devidas lições: não dá para cair na conversa de que o objetivo das lutas deve ser pressionar ou ganhar o apoio de determinado vereador ou prefeito, ou se envolver na campanha do “menos pior”. O terreno do parlamento só traz derrotas aos oprimidos. Todos os vereadores e candidatos a prefeito são bancados pela Grande

Londrina. A confissão de Bonilha, de que há 11 anos recebe mesada das empresas de transporte, é a comprovação disso.

E de onde vem o dinheiro das propinas? O da Grande Londrina vem dos aumentos irregulares que garantem lucros exorbitantes, do saque ao bolso dos trabalhadores. Toda vez que pagamos os R\$2 para andar em ônibus lotados, sustentamos os altos lucros de uma minoria de parasitas da Grande Londrina e Francovig e as propinas aos vereadores e prefeito.

E o dinheiro dos empresários que compram os vereadores? Do próprio esforço dos trabalhadores, nas fábricas de Londrina, que são superexplorados para garantir altos lucros e propinas. E dos terrenos que a prefeitura compra para doar aos empresários? De novo, do bolso dos trabalhadores, que pagam os impostos.

Ou seja, os trabalhadores estão sendo roubados de todas as formas. Para dar um basta a isso, é preciso organizar os tribunais populares para punir os crimes da burguesia. As “apurações” dentro da Câmara, não passam de um teatro, é ladrão julgando ladrão, as punições são pontuais, e só atendem a interesses políticos de uma quadrilha contra a outra. A apuração pela justiça nunca vai até o fim, pois o judiciário também é parte do Estado Burguês, e, no fim, defende os interesses da classe dominante.

Para dar uma basta a isso, é preciso organizar estudantes e trabalhadores de forma independente, sob o programa do proletariado, e compreender que a corrupção deve ser enterrada junto ao sistema ao qual está colada, o capitalismo.

Disputas interburguesas e quadro eleitoral no Ceará

O quadro eleitoral vai se configurando no Ceará. Na disputa pela prefeitura de Fortaleza, PSDB e DEM sairão divididos. O DEM com candidato próprio (Moroni Torgan) e o PSDB coligado ao PDT, com vice de Patrícia Saboya. O PDT, todavia, encontra-se dividido. Patrícia venceu as prévias internas do partido e apóia o Governo Cid Gomes. Já Heitor Férrer, derrotado nas mesmas prévias e oposição a Cid, promete não apoiá-la. Também o PSB, do governador Cid, encontra-se dividido. O governador manteve a aliança com o PT e já indicou o vice de Luizianne Lins (Vereador Rogério Pinheiro), mas o irmão deste, o Deputado Federal Ciro Gomes, apóia Patrícia e combate a administração Luizianne.

As disputas eleitorais tem motivado uma acirrada disputa interburguesa. Na Capital, a oposição, PDT e PSDB (uma vez que o DEM é inexpressivo e a ala opositorista do PMDB – Carlos Mesquita - é disciplinada por Eunício Oliveira, presidente estadual e aliado do PT) têm aumentado as críticas à gestão petista, com a ajuda da imprensa. São exemplos disso: a cobrança na justiça de informações e explicações sobre gastos com cartões corporativos da Prefeitura, o impedimento na Justiça de Luizianne utilizar o símbolo “Fortaleza Bela” e até a entrada na justiça contra a posse de Martônio Mont’Alverne,

procurador do município e homem de confiança da prefeita, como prefeito interino, durante viagem de Luizianne aos EUA. As recentes trocas de farpas pessoais (a prefeita aconselhou à oposição tomar calmante e a oposição aconselhou a esta tomar Gardenal) são ainda exemplos da acuidade das disputas interburguesas eleitoreiras.

O PT, à frente da Prefeitura, tem conseguido aglutinar atrás da candidatura à reeleição de Luizianne o apoio do PMDB, PSB, PV, PC do B, PHS entre outros. De olho na reeleição, tem apostado em atividades festivas e populistas como foi o caso da redução da passagem aos domingos, de R\$1,60 para R\$1,00, possível apenas devido à isenção fiscal de mais de R\$ 25 milhões dada aos empresários de ônibus e a festa de aniversário de Fortaleza (Show de Roberto Carlos) quando gastou R\$ 2 milhões, enquanto a cidade sofria com a epidemia de dengue e alagamentos (em especial nas áreas de risco).

É preciso denunciar as disputas entre as frações burguesas, seu caráter eleitoreiro, e defender a independência de classe dos explorados frente aos exploradores que só pode ocorrer por meio da intervenção na luta defendendo suas próprias reivindicações através do método da ação direta.

Caso MTL (Movimento Terra e Liberdade)

Um choque para a Conlutas/PSTU

Assim começa o artigo de Eduardo Almeida: “Às vésperas da realização do Congresso da Conlutas, fomos surpreendidos com a saída da corrente MTL, que, junto com o MES, tem peso importante na direção do PSOL. O MAS (grupo petista de Santa Catarina) está também seguindo o MTL. Felizmente, vários setores do PSOL seguem construindo a Conlutas” (Opinião Socialista, nº 342).

O tom de lamento expõe o estado de espírito de um dos mais destacados membros da direção nacional do PSTU. Como poderia emergir inesperadamente uma ruptura tão importante para o futuro da Conlutas bem na ante-sala do seu congresso?

O PSTU já havia anunciado antecipadamente o êxito do 1º Congresso da Conlutas. A decisão do MTL esmaece a cor da vitória tão desejada. Como diz Almeida, a cisão pode influenciar a direção do PSOL, que estava propensa a aderir à Conlutas.

No Encontro Nacional da Intersindical, em abril, a posição majoritária do PSOL foi de participação no 1º Congresso da Conlutas. Travou dura batalha contra os opositores, venceu com a resolução de participar, mas não pôde sustentá-la frente à possível divisão da Intersindical.

O que faria o PSOL no congresso dirigido pelo PSTU sem a força da Intersindical? Comparecer apenas com uma fração seria adentrar à Conlutas com a bandeira a meio pau. Na luta interna, o PSTU poderia arriá-la de vez, embora venha se mostrando conciliador e unitarista. Assim, o PSOL, que venceu o Encontro da Intersindical, teve de recuar.

Mas os partidários de Heloísa Helena e outros grupos do PSOL haviam decidido comparecer em Betim (MG) por conta própria, como ato de autoafirmação política. Os cálculos do PSTU eram de que a divisão da Intersindical progredisse, de que não ficasse apenas no âmbito do Encontro e de que posteriormente não se curasse a ferida, em prejuízo da Conlutas.

A atuação do MTL na Conlutas constituía uma força respeitável e um

instrumento para arrastar a Intersindical, inteira ou despedaçada, unida ou dividida. Tinha-se em conta que o PSOL fez apenas um recuo tático não cindindo a Intersindical. O MTL era parte dessa manobra. Com o abandono da Conlutas, o MTL torna as negociações do PSTU com o PSOL mais complicadas, por se tratar de um movimento que organiza a luta no campo e, nesse sentido, é bem diferente da burocracia partidária voltada à vida eleitoral.

O consolo de Almeida está em que outros setores do PSOL não seguiram o MTL, como fez o MES e o MAS. Esperança de que estes outros setores – não nomeados por Almeida – venham a influenciar o PSOL a aderir à Conlutas? Ou apenas um desabafo? Pareceu-nos mais um desabafo, mas só os acontecimentos futuros dirão se havia algum fundamento para a esperança. O certo é que a cisão litigiosa do MTL com o PSTU resulta em duro golpe na Conlutas.

Motivos da cisão, segundo o MTL

1. Rompimento do funcionamento da Conlutas baseado em acordos

Em forma de manifesto – “*Em Defesa da Unidade Sindical e Popular*” – o MTL dá explicações sobre a ruptura com a Conlutas. Refere-se às deliberações da reunião de 8 e 9 de junho da Coordenação Nacional da Conlutas, que tornaram impossível a permanência do MTL e outras correntes.

Em tom de denúncia, acusa o PSTU de exercer hegemonia na Coordenação e se valer de uma “política de maioria artificial”. Assim, o MTL se apóia em duas ordens de causas para deixar a Conlutas: 1. na organização da Conlutas; 2. nas posições políticas evidenciadas na reunião de 8 e 9. Dá a entender que rompe para não se sujeitar a uma “maioria artificial”, constituída pelo PSTU. Esta é a seqüência dos argumentos do Manifesto. Vamos segui-la.

O MTL entende que “a Conlutas foi construída a partir de acordos entre grupos que a compõem, uma estrutura aberta, transitória, que tem dentro de seus organismos e também com os se-

tores com os quais discute a Unificação vários debates de caráter estratégico: o mais importante deles é o caráter da nova Central que queremos construir, e conseqüentemente, qual a base social real que sustentará esta nova estrutura”.

Esta colocação tem duas idéias fundamentais: a primeira de que a Conlutas dependeu de acordos de organizações para nascer; a segunda refere-se à indefinição inicial do “caráter da nova Central”, que, portanto, deveria ser resolvido como um problema estratégico. O MTL estaria deixando a Conlutas justamente porque a forma de acordos de organizações estava inviabilizada e o PSTU estava impondo com sua “maioria artificial” um caráter à nova Central à revelia de outras organizações.

Na reunião da Coordenação Nacional, o PSTU deixou claro que as propostas divergentes deveriam ir ao plenário do Congresso. Essa posição não foi aceita pelo MTL, por considerar que o PSTU passou a impor sua “maioria artificial”. Maioria na Coordenação e também no Congresso, segundo conta na ponta do lápis.

MTL apresenta a composição do Congresso: “26,36% de sindicatos; 0,91% de Federações, Confederações e Sindicatos Nacionais; 24,16% de minorias e oposições; 8,83% de setores populares urbanos; 8,57% de movimentos do campo; 5,97% dos cortes de opressão e 25,19% de estudantes”. Conclusão: “Na medida em que há um debate estratégico aberto, com posições distintas representativas na realidade da classe e no processo de reorganização em curso, não legitimaremos o PSTU a estabelecer maioria artificial a partir de um processo de eleição de delegados sem controle, a representação estudantil, por exemplo, equivale a 25% da delegação do Congresso da Conlutas”.

O MTL afirma que não desconhecia o fato do PSTU “inflar a representação de círculos partidários reduzindo a representação do movimento sindical e particularmente do mundo do trabalho, utilizando-se da legitimidade do movimento estudantil”. E se pergunta: “o que mudou”? Res-

posta: “A declaração formal do PSTU de que a única forma de se tratar as diferenças é no bate crachás dentro do Congresso”. Portanto, esgotou-se o acordo de organizações para formar a Conlutas.

A crise do funcionamento da Conlutas sobre a base de acordos de organizações tornou visível que se baseava na política de negociações de cúpula e de consensos entre correntes, movimentos, organizações sindicais etc. O MTL acha que a política de acordos deveria continuar e o PSTU acha que as divergências apresentadas na Coordenação Nacional deveriam ser votadas no Congresso. Mas o MTL tem as contas da representação e considera que o PSTU se sobrepõe à política de acordo com uma política de maioria artificial.

2. Divergências ditas estratégicas

Entramos na segunda ordem de argumentos. Divergência quanto à ELAC (Encontro latino-americano e caribenhos) e quanto à Intersindical. Esses são dois pontos alegados.

Na reunião da Coordenação Nacional, o PSTU fez aprovar uma resolução que reafirma a convocatória da ELAC. Qual a divergência do MTL? Diz que com a ELAC o PSTU pretende uma “articulação orgânica com a ultra-esquerda latino-americana, fechando suas portas à pluralidade de posições internacionais existentes em seu interior e fora dela”.

O MTL não indica a que ultra-esquerda se refere e porque é ultra-esquerda. Mas a questão está na posição das correntes frente a governos, como de Hugo Chaves, Evo Morales e Rafael Correa.

O MTL, de fato, apóia estes governos. Diz que defende a autonomia da Conlutas frente ao Estado, aos governos e aos partidos e que não assina qualquer medida de qualquer governo contra os trabalhadores. Mas que Chaves, Morales e Correa “se enfrentam com as oligarquias e com o imperialismo defendendo na prática os interesses dos trabalhadores latino-americanos”. Está aí a base política para o apoio a esses governos. A defesa de autonomia das organizações das massas frente ao Estado perde todo sentido.

Para amenizar a divergência com o MTL, o PSTU e seus aliados na Coordenação Nacional fizeram constar no

ponto 2 da Resolução a seguinte formulação: “Acerca dos objetivos do Encontro, a Coordenação Nacional reafirma que a Conlutas não propõe que sejam tomadas deliberações acerca da caracterização dos governos da América Latina, mais precisamente os governos da Venezuela, Equador e Bolívia”. Está aí a concessão do PSTU ao MTL e seus aliados. Os delegados poderiam debater as caracterizações, mas não deliberar sobre elas. De nada adiantou a conciliação.

Vejamos o atrito em torno da Intersindical. Diz o MTL que o PSTU mudou de posição frente à Intersindical. Antes tinha por objetivo a unificação; agora busca “a disputa fracional na base das correntes que compõem a Intersindical”.

O MTL considera que a tarefa é alcançar a unificação e não fortalecer a Conlutas em contraposição à Intersindical. Mas não enfrenta a explicação do porquê da resistência de uma das alas da Intersindical à unificação, resistência exposta no seu Encontro Nacional.

Como já foi constatado, o MTL está umbilicalmente vinculado ao PSOL e o PSOL está umbilicalmente vinculado à Intersindical. O cordão umbilical é tão forte que, mesmo que a posição majoritária no Encontro Nacional da Intersindical fosse pelo comparecimento no 1º Congresso da Conlutas, de nada valeu.

Ocorre que o PSTU controla folgadoamente a Conlutas, a presença do PSOL implica disputa de hegemonia. A força dos aparatos partidários e sindicais pende mais à divisão do que à unificação. O MTL teria de se definir de que lado ficaria. Seu cordão umbilical o puxou para fora da Conlutas. Se assim não o fizesse, teria de seguir a nova orientação do PSTU de fracionar a Intersindical.

Resposta do PSTU ao MTL

A Conlutas divulgou, em 13 de junho, uma nota sobre o afastamento do MTL. Considera a decisão “inexplicável”. Critica a atitude que “foi tomada à revelia do processo de discussão e eleição dos delegados, que houve na base em todo o país”. Considera que ainda não tem elementos para se “posicionar sobre as motivações”. Mas a nota se refere “às diferenças existentes acerca da realização

da ELAC”.

A Conlutas diz não entender a ruptura, uma vez que a resolução da Coordenação Nacional foi “construída em comum acordo”. Por outro lado, reconhece que o MTL votou contra. Essas considerações da nota parecem mais reclamações. Está evidente que não houve, de fato, nenhum “comum acordo”. O que vale é o voto contrário, o restante é formalidade.

A suposição de que o MTL poderia ter rompido com a Conlutas em virtude de pontos do temário do Congresso (Correções no Sistema de Direção; Natureza Sindical e Popular; Caráter de Classe de Nossa Luta; Fortalecimento da Conlutas e Unificação) levou a que o PSTU chamasse a atenção do MTL para o fato de que as discussões “recém se iniciaram e não há posições definidas sobre os mesmos”. Em forma de suposição, a nota transparece que o MTL condicionou sua permanência “a que a Conlutas assumisse suas posições”.

O teor da nota, por si só, mostra que não houve disposição do PSTU e seus aliados exporem as razões verdadeiras do rompimento, muito bem sabidas dos membros da Coordenação.

Quatro dias depois de editada a “Nota da Conlutas sobre o afastamento do MTL”, essa organização publicou suas explicações, acima analisadas por nós. O MTL deixou evidente que a Conlutas deveria continuar a funcionar por acordos e que sua relação com a Intersindical deveria ser de busca da unidade fraternal.

No “Opinião Socialista” de 19 de junho, Eduardo Almeida, da direção do PSTU, e José Weil, da Liga Internacional dos Trabalhadores, publicaram o artigo “Sobre a Necessidade de Unir os que Lutam”, cujo objetivo é mostrar para a sua militância e para os aliados na Conlutas que o ELAC é amplo o suficiente para estarem presentes os opositores de Chaves e seus defensores. Nesse sentido, estaria garantida a frente única tanto na Conlutas quanto no ELAC.

Segundo Almeida e Weil, “para os das direções do MES-MTL e Coletivo Luiz Carlos Prestes, a ‘única’ posição correta é estar com Chavez. Quem não apóia seu governo ‘cai do lado oposto’, ou seja, do imperialismo”. Para demonstrar o ulti-

matismo do MTL, Almeida e Weil justificam: “No ELAC estarão centenas de dirigentes sindicais e populares que estão a favor e contra esses governos. Mas que estão dispostos a encaminhar juntos planos dos trabalhadores”. Mais uma das formalidades do PSTU, que serve à política de convivência pacífica, sobre a base de acordos, entre correntes distintas, até que as contradições se manifestem, como acaba de ocorrer com o abandono do MTL da Conlutas.

Almeida e Weil retomam o sentimento conciliador da resolução sobre o ELAC, que objetivou salvar a política de acordos. Dizem: “Como todos sabem, não era proposta de nenhuma das organizações convocantes definir no ELAC uma posição sobre temas polêmicos como a caracterização do governo Chavez, mas sim tirar um plano de lutas. E isso deveria incluir tanto aqueles que apóiam como os que não apóiam Chavez”.

A abstração política do PSTU foi respondida com realismo político pelo MTL e prestistas. Para eles, não há que ter plano de luta algum na Bolívia, Venezuela e Equador, sem que expressem apoio aos governos “nacionalistas revolucionários”, com assim os definem.

Não há que desconhecer que o MTL e MAS tem raízes no estalinismo e castrismo. Raízes que obrigam essas organizações a se submeterem aos governos burgueses do tipo nacionalista e populista.

Finalmente, Almeida e Weil deixam o pedestal da abstração e concluem que para o MTL “o encontro tem de votar o apoio a Chávez ou então o evento estará do lado do imperialismo”. A posição do PSTU de que se discuta, mas não se decida sobre a caracterização desses governos, comparece como uma manobra para manter a unidade formal de aparatos sindical-partidários. Chegou ao seu limite com o MTL e MAS. A realidade da luta de classe e do processo político não permite adiar posições frente a tais governos e nem neutralizar conflitos de posições.

Em nota à parte, na forma de manifesto, com o título “Um grave erro: A Negação do Caráter de Frente Única da Conlutas”, o PSTU diz não acreditar que o MTL tenha rompido com a Conlutas em razão das divergências apresentadas sobre o governo Chávez.

Procura também rebater a acusação de “hegemonismo”, com o argumento genérico de que o “PSTU tem peso entre seus delegados porque desde o início esteve presente na sua construção”. Evita assim entrar no mérito da composição social e sindical do 1º Congresso, exposta numericamente pelo MTL, a partir da qual acusa o PSTU de contabilizar uma “maioria artificial”.

O PSTU então supõe que a saída do MTL se deve à possibilidade de ter assumido a posição de uma corrente sindical do PSOL que “leva à divisão dos trabalhadores em boa parte do mundo, ‘com a central sindical do PC’, a ‘central do PS’”. Sendo assim, o MTL estaria usando as divergências e as críticas sobre o hegemonismo do PSTU para se alinhar com “a concepção de criar centrais sindicais para responder interesses eleitorais dos partidos, e não a necessidade de unidade para lutar que têm os trabalhadores”.

O PSOL estaria caminhando para construir uma “corrente sindical de partido”, que como tal leva à fragmentação e à negação da “necessidade de uma entidade de frente única”, no caso, a Conlutas. Tudo indica que o PSTU esteja se referindo à decisão de uma importante ala do PSOL, que inclui o MES-MTL, aos quais se juntou o MAS prestista, de manter a Intersindical como aparato, e com isso se afastar da Conlutas.

Frente a isso, o PSTU faz a profissão de fé de “unificação da Conlutas com a Intersindical”. Ao mesmo tempo, conclama “o restante do PSOL a seguirem o caminho dos companheiros desse partido que continuam na Conlutas”. Quixotesicamente, chama o MTL-MAS que “re-vejam sua atitude e retornem à Conlutas”.

A essência da crise às portas do 1º Congresso

O POR, desde o início, se posicionou contra cindir a CUT e constituir uma nova Central. Nosso principal argumento: não há um movimento de massa no seio da classe operária que esteja rompendo com a burocracia estatizante da CUT e se dirigindo a criar um novo organismo centralizador da luta de classe. Portanto, a Conlutas, encabeçada pelo PSTU, não passaria de um aparato de correntes e agrupamentos sindical-populares. Sem expressar

uma ruptura das massas proletárias, não teria como fazer frente à burocracia da CUT, que continuaria a comandar boa parte do movimento sindical.

O caráter de frente única dos sindicatos, da Central e de organismos criados na luta se deve ao seu caráter de massa. É um erro grave confundir o caráter de frente única desses organismos com a política de frente única de correntes e aparatos.

Não por acaso, o MTL acusa o PSTU de mudar a política de acordos, que serviu de base para a constituição da Conlutas.

Não se criará uma nova central sindical com a política de frente única do PSTU ou de quem quer que seja. A Conlutas, como resultado de “frente única de movimentos sociais”, resultante da unificação “de vários setores do movimento sindical e popular”, não responde ao processo histórico da luta de classe e constituição de organismos das massas.

Não é com a soma de “movimentos sociais” que se porá em pé uma central que cumpra a tarefa de poderosa centralização da classe operária e dos demais explorados. Os tais “movimentos sociais” a que se refere o PSTU não superaram seu caráter de aparatos e não deixarão de sê-lo somados à Conlutas. Basta que se tome o exemplo do MTL, organização controlada pela política do estalinismo, do castrismo e do nacionalismo pequeno-burguês.

O pequeno peso do proletariado e o grande peso estudantil no Conlutas comprovam que essa organização não expressa as massas oprimidas e o combate em seu seio pela independência política e organizativa frente à burguesia e seus agentes. Não será por essa somatória e por essa “frente única” que a burocracia da CUT, Força Sindical e de outras frações será derrotada.

O POR trabalha por construir uma fração revolucionária, programática, no seio do proletariado e, portanto, no interior dos sindicatos e da CUT pela expulsão da burocracia, pela independência e democracia sindicais. A essência da crise PSTU/Conlutas e MTL/PSOL/Intersindical está no caráter de aparato da Conlutas e da Intersindical.

Uma contribuição ao debate da 13ª plenária estadual da CUT

A 13ª plenária estadual da CUT estava prevista para acontecer em três dias - 13, 14 e 15 de junho, mas se resumiu a dois. No dia 13 foi a plenária das mulheres, que não foi divulgada amplamente, comparecendo apenas delegações compostas de burocratas da diretoria dos sindicatos.

O objetivo principal da plenária era tirar delegado para a 12ª plenária da CUT nacional, que acontecerá de 5 a 8 de agosto.

O POR defendeu que a plenária estadual de Rondônia deveria debater e aprovar um plano de luta em defesa das reivindicações dos explorados e de combate às medidas antipopulares dos governos, entre eles o de Lula. Mas o curso da plenária estava determinada por sua direção burocrática.

A análise de conjuntura estadual foi proferida pelo presidente do diretório estadual do PT de Rondônia, Tácito Pereira, que fez um apanhado histórico da formação do estado de Rondônia, caracterizando o processo migratório de reconcentração de terras, os conflitos agrários e enfatizando as oligarquias políticas locais. Destacou, com exitismo, a construção das hidrelétricas do rio Madeira, a atuação da administração do governo Ivo Cassol e terminou com as disputas das eleições locais.

Na conjuntura nacional, feita pela vice-presidente nacional da CUT - Carmem Foro, iniciou exaltando a polí-

tica do salário mínimo e o apoio que a Central deu para eleger Lula em 2002 e 2006. Em relação à questão da reforma agrária, mostrou que não avançou como gostaria. Criticou a criação de outras Centrais, destacando a CTB, que alimenta no meio rural a divisão da luta camponesa. Finaliza dizendo que a Central precisa se fortalecer para enfrentar as eleições de 2010, com o argumento de que a direita não pode voltar a administrar o país.

Após as exposições, abriu-se o debate na plenária. O POR, defendendo as reivindicações de salário e emprego a todos os trabalhadores e criticando a política de Lula de salário mínimo de fome e de retiradas de direitos trabalhistas e de fortalecimento da lei anti-greve. Destacou a brutal estatização da CUT e as cisões processadas pelo PSTU e PCdoB.

Após os debates, formaram-se os grupos por segmento de trabalho para a tirada de delegados para a plenária nacional da CUT.

Posição do POR

O POR divulgou o boletim contendo a defesa das reivindicações e combatendo a casta de burocratas que dirige a CUT. Resumimos dois pontos desse material.

1) Os trabalhadores devem rechaçar o legalismo eleitoral em que os sindicatos e a CUT têm se envolvido nos últimos anos;

Os sindicatos surgiram para centralizar a luta dos trabalhadores contra os patrões e governos capitalistas e não para servir de guarda-chuva para um punhado de burocratas. As direções sindicais foram se adaptando à política burguesa e se consolidou uma burocracia traidora. A burocracia se apropriou da condição de dirigentes sindicais e passou a tirar proveito particular e eleitoral, deixando de lado o objetivo dos sindicatos e da Central, que é a defesa da vida das massas exploradas e de combate ao patronato e seus representantes no poder do Estado. É tarefa dos trabalhadores construir uma nova direção para que os organismos de massa sejam instrumentos da luta coletiva.

2) O caminho para educar as massas

Os trabalhadores estão submetidos à política da burocracia sindical, que anula as discussões e as instâncias coletivas de decisão. A defesa da democracia operária e a unidade das massas, sob os métodos genuínos da classe operária (ocupações, manifestação de rua, saques etc.) são decisivos na educação e elevação política dos assalariados pobres.

Para isso, a tarefa colocada é a construção das frações revolucionárias, que deverão levar o combate a burocracia que vem transformando os sindicatos em verdadeiras empresas, desmobilizando, desmotivando e despolitizando o movimento sindical.

Alta de 30% na cesta básica no 1º semestre deste ano

A alta dos preços tem corroído os salários dos trabalhadores já há algum tempo. O Dieese mostra que os preços da cesta básica de alimentos subiu 29,24% de janeiro a junho deste ano. Mas também mostra que a alta nos preços dos alimentos vem de longe: foram até 51,85% de aumento nos últimos 12 meses nas capitais do país. Enquanto isso, o reajuste do salário mínimo foi de 9,21% no mesmo período.

Das capitais pesquisadas, exceto por Porto Alegre, todas tiveram aumento superior a 30% na cesta básica no ano.

Os itens que puxaram os preços para cima foram arroz, feijão, carne, leite, tomate, pão e óleo de soja.

O feijão, principal item de alimentação do país, teve alta de mais e 100%. Chegou a subir 184% em Natal.

No mês de junho, os maiores aumentos foram arroz, feijão, carne e batata. Novamente os itens mais básicos da alimenta-

ção da família trabalhadora.

A liberação da exportação de carne brasileira para a Europa impulsionou a alta dos preços da carne.

Só em São Paulo, a cesta básica subiu 4,84% em junho.

Esses dados mostram como a crise capitalista já está sendo despejada sobre as massas. A alta de preços nos alimentos é puxada pelos aumentos dos produtos mais essenciais à vida dos trabalhadores. A única forma de enfrentar a alta dos preços nos alimentos é lutando pela implantação da escala móvel de salários. Ou seja, a cada aumento dos preços da cesta básica do trabalhador, aumenta-se automaticamente o salário na mesma medida.

Juntamente a essa medida, é preciso lutar para garantir o emprego a todos, através da escala móvel das horas de trabalho (divisão de todo trabalho disponível entre todos os aptos a trabalhar, sem redução de salários)

Professores de São Paulo se levantam em greve

Este texto foi discutido em reunião da Corrente Proletária da Educação em 29/06/08

A greve dos professores completa 21 dias. Tem sido marcada por grandes manifestações, que ultrapassam 60 mil, e que tomam as ruas centrais da capital. O índice médio de paralisação das escolas permanece acima de 50%, sendo que em alguns municípios e regiões de São Paulo esse patamar se aproxima de 70%. O que fez eclodir o movimento grevista foi o anúncio do decreto 53.037, que tem como essência o impedimento de remoção de professores em estágio probatório e a criação de uma prova de seleção para a contratação de Ofas.

O magistério que não se levantava em luta desde o ano 2005, greve que derrubou o projeto de lei que demitia os Ofas, emerge e ganha as ruas contra o decreto de Serra. Em 2005, bastou a pressão massiva do professorado para que o governo Alckmin recuasse e retirasse temporariamente o PLC-26. Agora, Serra retoma o objetivo de demitir os Ofas, instituindo o exame de seleção.

A assembleia que aprovou a greve incluiu na pauta de reivindicações o reajuste salarial, redução do número de alunos por sala, abertura das salas fechadas, criação de novas escolas e o fim da lei das faltas médicas.

A força da greve está no seu caráter massivo e nas manifestações de rua.

Aproveitar a crise do governo

A greve dos professores acontece numa situação de crise política do PSDB e de ofensiva generalizada de Serra contra o funcionalismo.

O PSDB, que ocupa o governo do estado há 14 anos, vive conflitos intestinos que volta e meia vêm à tona, como esse em torno das eleições para a prefeitura de São Paulo - ala que apóia o DEM/Kassab e outra pela candidatura própria - Alckmin; e as permanentes disputas à presidência da república - Serra/Aécio. O fato é que explode por todos os lados as denúncias de corrupção do PSDB e aumentam as fricções internas. O caso envolvendo a governadora do Rio Grande do Sul sobre as falcatruas no Detran e o das propinas recebidas pelo PSDB paulista da multinacional Alston só não foram mais longe porque há um conluio dos grandes partidos em não escancarar

a roubalheira e os fundos que sustentam as campanhas eleitorais.

Por outro lado, evidencia-se o autoritarismo do governo Serra, que se manifestou desde as primeiras horas quando instituiu o decreto que cortava recursos às universidades públicas. Suspendeu o pagamento dos precatórios do estado, golpeando milhares de funcionários que aguardam há anos o recebimento da causa judicial. Desconheceu a data-base do funcionalismo e não negociou o reajuste salarial. Impôs um plano de privatização das estatais - Nossa Caixa, CESP, Metrô, Cetesb, Prodesp etc. Por meio de decretos, criou a SP-PREV, mecanismo de expulsão do funcionário temporário da previdência estatal.

As medidas contra o magistério são parte da ofensiva mais geral contra os servidores públicos. Serra reforça a concepção de educação como mercadoria, sujeita a metas e avaliações. Determinou o currículo por meio das cartilhas oficiais e submeteu o reajuste salarial à avaliação desempenho.

A greve dos professores contribui para a exposição da política ditatorial do PSDB e apontou o caminho do enfrentamento às medidas do governo.

Duas forças em confronto

Numa greve só há duas forças: a que procura derrotar o movimento e a que luta pela vitória.

O governo usa de todos os recursos para ganhar a batalha, impondo uma derrota ao maior setor do funcionalismo. Para isso, conta com as grandes redes de jornais e de TVs, que escondem as manifestações e mentem descaradamente quanto às propostas do governo e para mostrar à população que as escolas estão funcionando. Tem a seu favor uma vasta rede de serviços que ocupam postos na administração escolar - diretores, supervisores, dirigentes de ensino etc. E procura ganhar apoio no setor mais pauperizado da classe - os eventuais, que não têm vínculo de trabalho, recebem por hora-aula ministrada e são contratados pelos diretores de escola. Usa a coerção e o aparato do poder do estado para quebrar a resistência dos que se opõem.

A outra força é constituída pelos grevistas, que paralisam as escolas e lutam contra os ataques do governo. Essa força atua em defesa da educação pública contra os decretos que a destroem. E tem como aliado os estudantes, que sofrem diretamente as consequências da decomposição do ensino, e os trabalhadores, que têm seus filhos na escola pública. Apóia-se no método das decisões coletivas das assembleias gerais e na democracia sindical. A vitória da greve dependerá da coesão do professorado e do cumprimento das decisões coletivas. O não acatamento das posições tomadas nas assembleias reforça a posição governamental, enfraquecendo a força coletiva expressa nos grevistas.

Nessa correlação de forças, a política e a conduta da direção sindical têm enorme peso. Por isso, as desconfianças e as experiências malsucedidas de greves passadas atuam de forma negativa sobre a força grevista. Para derrotar a força coercitiva do governo é preciso reforçar o que há de mais democrático, que são as decisões tomadas coletivamente nas assembleias gerais. O fato de votar a continuidade e as formas de ação nas assembleias e se submeter à decisão da escola é um sintoma desagregador da força da greve.

A vitória do governo está exatamente na individualização da greve, porque a fragiliza e a submete às pressões dos organismos estatais. A vitória da greve está no crescimento do movimento e na elevação da compreensão coletiva da democracia dos explorados. A derrota do governo se dá tanto no plano político quanto no repressivo. No plano político, combate o movimento com manobras e mentiras; no plano da repressão, aciona seus sequazes incrustados na educação. A soberania das assembleias, as manifestações gigantescas, a unidade grevista e a denúncia contra o governo são fundamentais para a vitória.

Para a vitória ou para a derrota, é fundamental o papel da direção

A direção da Apeoesp é composta majoritariamente pelo PT, PCdoB. Dirigem o sindicato há mais de 20 anos. Foi responsável pela quebra de movimentos

grevistas, quando estes tinham força, a exemplo da greve de 1993. A suspensão da greve de 2000 sem a garantia de que a reposição retiraria as faltas do prontuário ainda é uma ferida para uma parcela de professores, que se apega nesse fato para não paralisar.

Nesse momento, a direção comparece contra o governo do PSDB. Procura negociar alguma vantagem para justificar a suspensão do movimento. O problema está em que o governo apresentou duas propostas vergonhosas: 1) reajuste de 5%, concurso para uma jornada de 10 horas semanais, o que equivale a R\$350,00 e prova seletiva para a contratação temporária; 2) remoção pelo art. 22 para os que estão em estágio probatório, desde que não tenham 12 faltas anuais e prova classificatória para todos os temporários. A burocracia tentou mostrar de que se tratava de um recuo do governo, mas não pôde pôr fim à greve porque a traição era evidente.

Também faz parte da diretoria, como setor minoritário, o PSTU, PSOL e alguns grupos de sindicalistas. Como não há um trabalho sistemático de derrota ideológica da burocracia, não se constituem como fração oposicionista clássica. Boa parte desses agrupamentos expressa traços burocráticos. Embora radicalizados, geralmente no início do movimento, terminam se aliando à burocracia para desmontar as greves.

A posição do PSTU e de correntes que compõem a Oposição Alternativa, na reunião do Conselho do dia 27, de antecipar a assembleia para quarta-feira com os argumentos da suspensão da greve, sinalizam a unidade com a burocracia para recolher o movimento, embora a direção da Apeoesp tenha se oposto. Essa conduta de correntes de Oposição tem sido criticada pelos grevistas, que divergem da condução petista das greves.

Diante dos acontecimentos na Procuradoria Regional do Trabalho, motivados pela ausência da Secretaria da Educação, e que levou a procuradora a dar entrada do dissídio coletivo no Tribunal Regional do Trabalho, a diretoria da Apeoesp fez um apelo à Oposição Alternativa para que não antecipasse a assembleia para quarta-feira e que mantivesse em greve nessa semana prevista para o dissídio.

O PSTU e seus aliados concordaram com o apelo e retomaram o discurso da unidade em torno da assembleia de sexta-feira. O fato é que há uma concordância tanto por parte da burocracia quanto da Oposição Alternativa de que está na hora de suspender a greve. A burocracia chama a atenção do PSTU de que é preciso usar o mecanismo do TRT. Tudo leva a crer que não farão mais empenho para fazer crescer o movimento, a não ser que novos fatos façam modificar o curso já delineado.

Novo obstáculo a ser enfrentado

São grandes os perigos de submeter o movimento ao julgamento do dissídio coletivo. Se é verdade que a ausência do representante do governo na mesa de mediação revitalizou a assembleia, é também verdadeiro o fato de que o dissídio coletivo por si só não assegura a derrota do governo, obrigando a revogar o decreto e conceder um reajuste mais significativo.

A burocracia da Apeoesp considera como positivo a greve ir para o dissídio. Usa para isso o reconhecimento pelo STF de que a greve nos serviços públicos deve ser conduzida pela mesma legislação da iniciativa privada. Aí está a falsificação.

O dissídio coletivo julga o caráter da greve (abusiva ou não) e institui penalidades caso venha ser julgada como abusiva, entre elas a volta ao trabalho e as multas ao sindicato.

A burocracia pressionará o TRT para que sinalize com melhorias nas propostas já apresentadas pelo governador, entre elas a reposição dos dias parados. Conta para isso com a indignação da procuradora que considerou ilegal a atitude de Serra de convocar os eventuais para substituir os grevistas. Como se vê, a garantia da reposição e pagamento dos dias parados toma a frente das reivindicações e passa ser peça fundamental para a burocracia suspender a greve.

A intervenção do TRT criou uma situação favorável à posição conciliadora da burocracia. Antes, estava obrigada a se apoiar no movimento massivo contra o governo. Agora, se apóia no TRT para obter algumas migalhas do governo. O próximo passo da burocracia é o de alimentar as ilusões legalistas dos trabalhadores, o que enfraquece a ação direta. A

tarefa está em combater essas ilusões e aproveitar as contradições da nova situação para defender a ampliação da greve.

Nada de legalismo, fortalecer a greve de massa

Os perigos só podem ser removidos pela força da greve, que depende do crescimento da paralisação. Pesam, nessa altura do movimento, as pressões por parte dos organismos do estado, o recesso escolar que se avizinha e a ausência de salário. As manifestações semanais gigantescas passam a ser insuficientes para assegurar as escolas fechadas.

O comunicado de que o CPP e a Afuse decidiram paralisar a partir dessa semana não significa que essas direções estarão dispostas a se integrarem aos comandos de greve. Tudo indica que se trata de um apoio demagógico, haja vista o pouco trabalho dessas entidades junto aos funcionários e aos professores do fundamental 1, base que congrega o Centro do Professorado e foco de resistência anti-greve.

Os estudantes têm um papel fundamental, mas se encontram desorganizados. Os que comparecem aos protestos são arregimentados pelos professores. As entidades estudantis controlados pelo PT e PCdoB (UNE, UMES etc) se mostram distantes dos reais problemas que atingem a educação pública e impotentes diante dos ataques do governo. São responsáveis pela desorganização dos secundaristas e não movem uma palha para convocar suas assembleias de apoio ao movimento.

A derrota dos decretos de Serra e o reajuste tem pela frente o desafio de fazer avançar o movimento grevista, que implica nesse momento afastar os passos conciliadores da burocracia e de setores oposicionistas e combater a ofensiva governamental.

Modificar os métodos do comando diante dos fura-greves

Impulsionar os comandos, ganhar as ruas por todos os lados, ampliar a campanha de denúncia do governo, propagandear as reivindicações, constituir os fundos de greve e trabalhar pela unidade de todos os setores da educação são tarefas não só da vanguarda que formam os comandos, mas de todos os grevistas. Os comandos têm de ser ampliados e

modificados em seu método de atuação contra os fura-greves.

A tática de convencimento se mostra limitada. É necessário que os fura-greves sofram bloqueios pela força e sejam arrancados da sala de aula. As greves do magistério acabam sendo longas exatamente porque não interferem na produção (economia) e porque não radicalizam nas suas ações (limitadas aos protestos de rua). As respostas dos governos diante da greve tem sido sempre a de vencer pelo cansaço (greve longa) e imputar punição aos lutadores.

A ausência de frações revolucionárias sedimentadas na classe é um elemento que enfraquece o avanço da greve. Mas o momento da greve é privilegiado para se construir as frações classistas, que se

consolidarão com a assimilação do programa proletário, que tem como estratégia a luta pelo fim do sistema de exploração do trabalho e como método a ação coletiva direta.

Vincular as reivindicações imediatas à defesa de uma nova escola

É necessário um bom trabalho de propaganda e agitação em torno do programa proletário para a educação. As reivindicações que motivam a greve devem vir acompanhadas da explicação da crise estrutural do ensino como reflexo da decadência do capitalismo. Não há possibilidade de nenhuma reforma progressiva que tire a escola da bancarrota. As violentas medidas dos governos pro-

vam essa tese.

As reivindicações do momento são ponto de partida para se mostrar e defender o fim da escola de classe e a construção de uma nova escola baseada na propriedade coletiva dos meios de produção. Certamente, há que se levantar reivindicações em defesa da juventude oprimida e de uma escola vinculada à produção social.

A burocracia e a esquerda sindical se atêm aos limites das reivindicações da greve. Acomodam-se a despolitização e ao conservadorismo impostos pela burguesia aos trabalhadores da educação.

O POR faz o contrário. Tem as reivindicações econômicas como ponto de partida da defesa das transformações revolucionárias.

Boletim de 16/06/08

AGORA É GREVE! Paralisar as escolas e tomar as ruas!

Professor, nossa assembléia decretou a greve para derrubar os decretos de Serra e responder aos ataques contra os OFA'S e Efetivos. Agora é hora de unir todos os trabalhadores da educação. Não podemos aceitar divisão no nosso movimento. Serra só revogará os decretos diante de uma greve unida, diante de uma greve geral, de uma greve que ganhe as ruas. Estamos cansados dos baixos salários, das classes superlotadas e das medidas que ferram nosso trabalho e nos culpam pela falência do ensino. Temos, nesse momento, a chance de superar o descontentamento individual que tem predominado nas escolas. Todos unidos pela greve e pela defesa da educação pública!

Há mais de uma década, o PSDB vem destruindo a educação pública no estado de São Paulo, a exemplo de outros partidos e governos dos demais estados do país. A lógica neoliberal de redução de recursos visa a sucatear os serviços públicos de conjunto para repassá-los ao controle da iniciativa privada, prejudicando a população mais pobre, que precisa destes serviços, e o funcionalismo público.

Recentemente, Serra / Maria Helena lançaram uma série de medidas educacionais que, seguindo tal lógica, ampliam a mercantilização do ensino (o empresariado pode lucrar com a educação) e a centralização burocrática e autoritária sobre os professores (controle sobre o que se ensina, sobre nossa assiduidade etc.), a exemplo da lei que reduz as faltas médicas em 6 ao ano. A gota d'água foi o decreto 53.037, que retira direitos dos professores efetivos e cria condições para o desemprego dos OFA's.

Diante disso, os professores responderam à altura. Em assembléia da APEOESP, realizada em 13/06, mais de 30 mil decidiram entrar em GREVE POR TEMPO INDETERMINADO e marcaram NOVA ASSEMBLÉIA para o DIA 20/06/08. É fundamental que todos os professores paralisem as atividades nas escolas, aderindo ao movimento.

A greve é um importante instrumento de luta dos trabalhadores. Ao longo da história, mostrou-se eficaz quando os patrões e governos se mostram irredutíveis na concessão de reajustes salariais, retirada de direitos etc. É mais eficaz ain-

da se combinada com outros métodos de ação direta: grandes manifestações de rua, bloqueios etc. Os professores, em 2005, fizeram a experiência com este método de luta, quando Alckmin resistia em retirar o PLC 26, que demitiria cerca de 130 mil OFA's; portanto, sabem agir agora.

Não podemos vacilar diante de mais este ataque, pois o governo aposta em nossa fraqueza. A unidade de todos em torno do objetivo de garantir a vitória (retirada do decreto 53.037, revogação da lei das faltas médicas, reajuste salarial dentre outras reivindicações) deve ser uma preocupação de todos nós, uma preocupação coletiva. Qualquer atitude individual fortalece o governo e prepara o terreno para ataques futuros.

Maria Helena já declarou que nossa greve foi deflagrada por "motivação política". Da mesma forma, disse que os professores grevistas "não estão preocupados com os alunos". Não podemos nos deixar levar por essa ladainha. Nossa greve é política sim, isto é, contra a atual política de destruição da escola pública. Quanto aos alunos, não queremos mais fingir que a escola funciona e que conseguimos ensiná-los sem as mínimas condições de trabalho e sobrevivência. SE O GOVERNO QUER QUE TRABALHEMOS MELHOR, QUE NOS PAGUE UM SALÁRIO MAIOR E NOS DÊ CONDIÇÕES DE TRABALHO; AO INVÉS DE NOS ATACAR, QUE ACABE COM AS MEDIDAS QUE NOS PREJUDICAM.

Devemos chamar os pais e os alunos para nos apoiarem, organizando reuniões de escolas. Devemos engrossar os comandos de greve, ampliando a paralisação.

TODOS EM GREVE!

TODOS À ASSEMBLÉIA DE 20/06, ÀS 14 HORAS, NO MASP ABAIXO TODOS OS DECRETOS QUE RETIRAM DIREITOS! ESTABILIDADE PARA TODOS OS OFA'S!

REABERTURA DAS SALAS E ESCOLAS FECHADAS!

DIMINUIÇÃO DE ALUNOS POR SALA: MÁXIMO DE 25!

ESCALA MÓVEL (DIVISÃO DAS AULAS ENTRE OS PROFESSORES)

REAJUSTE SALARIAL JÁ!

Greve defende a educação pública

Uma política educacional contrária ao trabalho docente

Nossa greve é uma resposta à profunda crise por que passa a educação pública.

O governo tem culpado os professores pela baixa aprendizagem dos estudantes. Assim, esconde sua responsabilidade e desvia a atenção para as reais causas da crise.

Ao invés de tomar medidas que favoreçam as condições de trabalho e de ensino, faz exatamente o contrário. Ataca frontalmente os mais elementares direitos, que correspondem à situação calamitosa a que os docentes estão submetidos.

O decreto de Serra (PSDB) impede durante três anos a remoção de professores e diretores aprovados nos últimos concursos e institui um exame de ingresso dos temporários na profissão. Faz parte dessas medidas a restrição às faltas médicas.

A política educacional de Serra se resume às medidas punitivas.

Ataque ao direito de remoção

A rotatividade dos professores de escola para escola prejudica o ensino? Não há nada que demonstre que esta é uma das causas fundamentais do baixo nível de aprendizagem. Mas vamos supor que seria melhor sedimentar o professor em determinada escola. Evidentemente, para fixar os professores é necessário saber as causas das remoções.

Os professores não mudam de lá para cá e de cá para lá por capricho ou por leviandade profissional. Haveria de perguntar aos professores por que, afinal de contas, não conseguem se estabilizar no local escolhido. Se o governo assim o fizesse, descobriria sua própria responsabilidade, que tem no fundo a economia capitalista e as correspondentes relações sociais.

Mas o governo não precisa fazer essa pergunta, porque sabe plenamente a resposta. E sequer pode fazer demagogia política com os professores arriscando tal sondagem, porque acabaria por se desmascarar e ficaria em “maus lençóis”.

Quem trabalha na rede pública sabe que não somos nem caprichosos e nem levianos, como deixa transparecer o decreto

53.037 de Serra. As remoções são impostas pelas condições de trabalho e pela calamidade em que está mergulhada a maior parte das escolas.

Governo Serra esconde sua responsabilidade

Se o governo, ao invés de fazer um decreto impositivo, decidisse atacar as causas econômicas e sociais que afetam o trabalho e o ensino, resolveria o problema. Como precisa manter a anarquia do trabalho e do ensino, então lança medidas de contenção autoritária. Dizemos anarquia porque parte significativa dos professores trabalha em mais de uma unidade escolar, muitas vezes distantes umas das outras; porque parte dos professores passa no concurso, mas não há emprego onde mora e se vê obrigado a trabalhar em outra cidade; porque acha que mudando das escolas, a maioria envolvida pela violência social e pela deterioração das relações de ensino, solucionará seu desespero; porque muitos professores são obrigados a ter outro emprego, devido aos baixos salários; e porque parte significativa distribui sua jornada entre a rede estadual e municipal.

O governo descaradamente passa por cima dessa realidade tão

adversa aos trabalhadores.

Vestibular para os OFA'S – justificativa para o desemprego

Sobre o exame de admissão dos OFA'S, o que Serra e sua secretária da educação pretendem é criar um vestibular. Dizem que deverão entrar os mais capacitados e assim se melhorará o ensino. Eis mais um ponto da política educacional do governo. Joga com o desemprego em nome da qualidade e da qualificação.

Milhares e milhares de formados estão desempregados e subempregados. Minguam nas escolas como eventuais. Precisam fazer o papel de serviçal que cobre a falta de algum professor e se ninguém falta perde seu tempo, não ganha nada e gasta com condução. Espera com essa humilhação acumular pontos para, no ano seguinte, concorrer a uma vaga entre o pequeníssimo número disponível.

Os governos incentivam a proliferação de “universidades” privadas que só visam ao lucro e despejam fornadas de novos professores, sem que tenha havido qualquer preocupação com sua formação. Ao contrário, os governos reduzem os currículos das humanas para três anos e alavancam o ensino a distância.

Das camadas mais pobres da classe média vêm as novas gerações de professores. Passaram pelo ensino médio decadente. Tiveram pouco acesso à cultura. E, de uma hora para outra, em universidades precarizadas, têm de se formar e enfrentar a docência em uma escola decaída. São empurradas para o magistério à procura de um posto de trabalho, encontram as portas de uma UNIP, FMU etc, gastam o que não podem e muitos se endividam. Enfim formados, não encontram trabalho onde possam aprender praticando. Ainda por cima, depa-ram-se com uma provinha do governo Serra, que dirá a milhares que não estão aptos. E, assim, justificar o desemprego.

Nossa greve está dizendo não a essa farsa de avaliação e exigindo trabalho a todos.

Barbarização do trabalho e da educação

A restrição à falta médica mostra mesquinhez da política educacional de Serra e nos faz ver a brutalidade da exploração do trabalho. Basta comparar essa medida apenas com a incidência do número de desequilíbrio emocional e de afetação das cordas vocálicas.

A violenta jornada e as classes superlotadas atuam para barbarizar o trabalho dos professores. Por que temos, então, de arcar com medidas que nos prejudicam ainda mais e não resolvem as contradições da educação?

O governo, para economizar com a educação e gastar mais com os capitalistas, coloca uma média de 50 alunos por sala de aula e fecha salas que não alcançam esse número. Até mesmo turno e escola inteira são fechados, de forma a concentrar alunos nas mesmas unidades ou em outras.

Há um agravante para essa situação: o reflexo da crise social na escola e particularmente no convívio da sala de aula. Os estudantes expressam a decomposição social e seus descontentamentos na forma de indisciplina. Descarregam contra a escola o rancor, que deveria se voltar socialmente contra a burguesia, classe exploradora que mantém a maioria da juventude na miséria, provoca discriminações de toda ordem, responde pela alta taxa de desemprego e que usa a violência policial contra os pobres e oprimidos.

De fato, há uma rejeição por uma imensa parcela a juventude a essa escola construída à imagem e semelhança dos interesses burgueses e que por isso não lhe serve para nada. A juventude vê seu futuro espelhado no presente de sua família pobreza, desemprego, subemprego, ou então uma pesada jornada de trabalho em um emprego que só traz sofrimento.

Os professores recebem o impacto dessa realidade social. Sobrecarregado e sobressaltado diariamente, adocece. Vem Serra e diz que os docentes são relapsos, não querem trabalhar, faltam muito e tiram muitas licenças. Não há por que o governo se importar com a barbarização do ensino, pois afinal de contas corresponde aos interesses dos capitalistas e não da população explorada.

Escola desvinculada da produção social – raiz da crise

Os ataques do governo ao trabalho e à educação acabam expondo a crise estrutural do ensino. Estrutural porque não há como resolvê-la no âmbito do capitalismo.

A burguesia carrega a escola pública como uma obra do passado e um mal necessário do presente. Apresenta-se como dispendiosa. Não é preciso aperfeiçoá-la como instrumento de elevação cultural das massas exploradas. Para reformá-la teria de dispor de mais recursos.

Mesmo assim não teria como resolver a principal contradição que atinge seu sistema escolar. Ou seja, não teria como resolver

o desemprego, o subemprego, os baixos salários e a extensa jornada de trabalho que atingem a juventude e suas famílias.

A escola está assentada sobre essa realidade econômica e social. A burguesia não conseguiu implantar uma escola vinculada ao trabalho. Nossa escola pública, portanto voltada às massas assalariadas e aos demais pobres, foi tardiamente implantada e já no seu nascimento se ressentiu da falta de raízes na produção social e por não abranger a imensa maioria. Chega aos nossos dias não tendo como de fato sequer

alfabetizar o conjunto da infância e como servir à juventude pobre, cuja maior parte não tem como ingressar ou continuar o ensino médio, que dirá então os universitários!

A tarefa democrática a ser realizada pela burguesia era a de permitir a totalidade da infância e da juventude ter uma escola em que de fato se aprendesse em consonância com a prática na produção social. Fracassou! A escola não serve ao trabalho e não há trabalho para a maioria.

Está aí por que nosso movimento deve ampliar sua luta em torno da reivindicação de trabalho e escola a todos. Para isso, é necessária a defesa da escala móvel das horas de trabalho, que nenhum jovem tenha uma jornada maior do que 4 horas e que empenhe o restante do tempo aos estudos e lazer.

Os trabalhadores da educação devem chegar à conclusão, por suas próprias observações, que a escola do capitalismo está falida, como o próprio regime que a gerou.

É necessário vincular as reivindicações presentes, que motivaram a greve, com o programa da classe operária de transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva. Necessitamos de uma nova escola, que expresse a propriedade coletiva, socialista. Não há outra solução à necessidade de libertar o trabalho da exploração e opressão.

Toda força à greve contra os ataques de Serra à educação!

Abaixo os decretos que retiram direitos!

Reajuste Salarial Já!

Estabilidade para todos os OFAs!

Diminuição de alunos por sala: máximo de 25!

Escala Móvel de horas de trabalho (divisão das aulas existentes entre todos os professores, para erradicar o desemprego na educação)

Boletim de 27/06/08

Avançar a luta para vencer

Serra acena com migalhas

Nessas duas semanas de greve, Serra foi obrigado a apresentar duas propostas. Na primeira, tentou ludibriar os grevistas com um suposto reajuste de 12%, um concurso para ganhar 350 reais e a incorporação de gratificações para o ano de 2010. A assembléia de 80 mil professores rechaçou e desmascarou as mentiras do governador. Agora, disse que retirará do decreto o ponto que impede a remoção dos professores em estágio probatório. Veja a safadeza: permite a remoção desde que não tenham mais de 12 faltas anuais, o que significa as 6 abonadas e 6 faltas médicas. A essência do decreto punitivo permanece: remoção tem de ser por 200 dias; concurso regionalizado para 10 horas de trabalho e prova para contratação temporária.

A assembléia deve rejeitar mais essa farsa do governador e reafirmar as reivindicações que levaram à greve.

Denunciar as pressões dos serviços do governo

O professorado acusa diretores, supervisores e dirigentes de ensino de estarem ameaçando os grevistas. O governo usa seus agentes para fazer refluir o movimento. Parte dos eventuais que se colocaram em greve se vêem ameaçados de demissão por diretores capachos do governo; outra parte é pressionada a furar a greve e entrar nas salas de aulas dos grevistas. Diretores se prestam ao papel sujo de apontar diariamente aos dirigentes de ensino o nome dos professores grevistas. Coordenadores, que até meses atrás estavam em sala de aula e reclamavam das condições de ensino e trabalho, estão sendo usados

contra o movimento e para avisar os alunos que a greve acabou. Supervisores, sob a tutela dos dirigentes, ameaçam alunos que apóiam a greve.

Como se vê, a rede escolar é constituída de elementos autoritários, serviços e que se vendem por alguns tostões a mais no salário.

Está aí por que temos de denunciar e reivindicar o fim desses organismos estatais. A eleição direta de diretores e dos órgãos que administram a educação, sujeitos à revogabilidade do mandato, deve ser uma de nossas exigências.

A vitória dependerá:

1. Da força da greve. As propostas do governo são atentados à educação pública e à vida dos professores. Não há nada de concreto que justifique o fim do movimento. A força da greve está nas escolas paralisadas e nas ações de rua dos professores, pais e alunos.
2. Do avanço do movimento. A greve tem de ser ativa, com mobilizações diárias em todo o estado, com grandes protestos na capital, bloqueios e ocupações. Não dá mais para aprovar somente uma assembléia semanal e reuniões com pais. Para encerrar o governo, é preciso de ações mais contundentes e de massa.
3. Da massificação dos comandos de greve. Transformar as comissões de visita às escolas que estão funcionando em comandos reais de greve, para impedir que os fura-greve sejam usados como instrumento de derrota do movimento.

Perigos rondam a greve

1. O decreto de Serra atinge os diretores, supervisores e professores. Mas a Udemo, Apase e CPP trabalham contra a greve. No ato do dia 20, essas entidades vociferaram contra as medidas, mas tudo não passava de um teatro porque rejeitaram paralisar suas atividades e se colocar ao lado dos professores. A unidade é fundamental, mas a verdadeira unidade começa com a rejeição dos decretos do governo e a disposição de se colocar na greve;
2. A direção da Afuse convocou os funcionários, mas não passou do palavreado de "indicativo de greve". A unidade de professores e funcionários é essencial para impedir o funcionamento das escolas;
3. A burocracia da Apeoesp, embora tenha se colocado em favor da greve, patinou diante da proposta de Serra e fez demagogia de que a medida não atingiria imediatamente os professores. Não usou de todos os meios para desmascarar o decreto que demite e pune os professores. Os grevistas devem estar atentos para que a burocracia não enterre o movimento;
4. As coordenações de algumas subseções e regionais da Apeoesp trabalham contra a greve. Não organizam os comandos de greve, não colocam seus recursos em favor do movimento, não organizam as escolas paradas etc.

Londrina-PR:

Organização do DCE e democracia estudantil

A organização do DCE deve corresponder às suas finalidades. A estrutura deve ser um meio para os estudantes conquistarem seus objetivos e bandeiras.

Freqüentemente, no entanto, o que se conhece como movimento estudantil não é a organização dos estudantes, mas, a substituição desta por grupos que representam interesses contrários à maioria estudantil. É o fenômeno da burocratização que significa a substituição da organização dos estudantes pela burocracia, o grupo dirigente da entidade.

A burocratização e aparelhamento ocorrem quando seus organismos – Centros Acadêmicos, Diretórios Centrais, Uniões Estaduais e a União Nacional –, são capturados por correntes pequeno-burguesas que defendem a ordem capitalista (PT, PSOL, PCdoB, MR8) ou diretamente por partidos da burguesia (PSDB, PMDB, PDT, etc.). O que motiva a burocratização é a necessidade destes impedirem a manifestação da luta estudantil que questione a ordem capitalista, pois, sempre, em última análise, toda luta em defesa da universidade e por direitos pode levar os estudantes a compreender que a raiz dos problemas é a grande propriedade capitalista e o Estado que a preserva.

Quando o ME está em ação, aumenta a participação e engajamento nas discussões e decisões, provocando a democratização dos organismos de massa: as assembleias, reuniões e manifestações. Nesses momentos, as deliberações são o resultado de intensos debates e disputas de posições, o que eleva a politização do movimento.

Quando a ação se reduz e a maioria retoma suas atividades cotidianas, o ME muitas vezes se limita à ação dos organismos dirigentes (DCE, CA's). Nesses momentos, dependendo da orientação política destas vanguardas pode ocorrer a burocratização, ou seja, a atividade coletiva ser substituída pela paralisia estimulada pela burocracia.

Esta burocracia deixa então de representar a base estudan-

5. As direções do movimento estudantil. A UNE, UMES e UBES estão caladas diante da greve e da destruição da educação pública. Com isso, os estudantes ficam à mercê da pressão dos diretores e dos fura-greves.

Como se vê, os perigos estão por toda a parte. É preciso denunciar a cada passo em falso dado pelas burocracias sindicais e estudantis.

Nossas propostas

1. Rejeitar as duas propostas de Serra, que não alteram os malditos decretos;
2. Aprovar a continuidade da greve;
3. Avançar nos métodos de luta para impor as reivindicações;
4. Exigir que todas as entidades da educação (Udemo, Afuse etc) entrem em greve;
5. Exigir que as entidades estudantis organizem o movimento de apoio à greve.

Toda a força à greve!

Abaixo todos os decretos que retiram direitos!

Reajuste imediato dos salários!

Estabilidade para todos os Ofas!

Diminuição de alunos por sala: máximo de 25 alunos!

Emprego a todos por meio da escala móvel das horas de trabalho!

til, acabam representando os interesses do Estado e burocracia universitária no interior do ME e contra os estudantes. Isto se dá pelos vínculos cada vez mais intensos com o poder – por meio dos partidos pequeno-burgueses ou burgueses que representam e participam do jogo eleitoral ou parlamentar – e com a burocracia universitária.

Se pelo contrário, a direção dos organismos tiver uma orientação revolucionária, mesmo em situações de desmobilização não se dobrará às pressões da burocracia universitária e nem se passará para o outro lado. A presença de uma orientação revolucionária na direção dos organismos se traduz na permanente organização de ações coletivas, na educação política, na denúncia e luta cotidiana contra a burocracia universitária e o Estado burguês.

Isso quer dizer que a burocratização e atrelamento do ME ao Estado burguês (como é o caso da direção da UNE, por exemplo) não são o resultado de sua estrutura organizativa, mas, da direção política delas. Ao contrário do que frequentemente é propalado por correntes filo-anarquistas cuja pregação leva ao desmonte de toda organização. Aqui na UEL, por exemplo, opuseram-se à realização de eleições para o DCE durante todo o ano de 2007. Para eles, toda organização é manifestação de poder e opressão. Não conseguem enxergar a necessidade de organização dos oprimidos.

Por outra parte, não existe antídoto 100% eficaz contra a burocratização, pois esta é um reflexo das relações políticas, que são por definição, dinâmicas e dialéticas. Quando correntes burguesas ou pequeno-burguesas predominam, as chances de burocratização aumentam. Contra este perigo, o único que podemos fazer é defender uma estrutura organizativa que garanta a mais ampla democracia e soberania das massas.

Defendemos dessa forma que estes organismos se estruturarem da seguinte forma:

Congresso Geral de Estudantes. Realizado a cada quatro

anos. Composto por delegados eleitos proporcionalmente ao número de estudantes de cada curso e sobre a base de teses divulgadas com antecedência. Este Congresso deve servir para definir as bandeiras do movimento para o período e aprimorar a organização.

Assembléia Geral de Estudantes. Convocada regularmente para decidir coletivamente os passos concretos de acordo com

as conjunturas, escolha dos representantes nos órgãos colegiados e coordenar as ações de luta.

Diretoria. De composição enxuta (no máximo 7 ou 9 cargos), eleita anualmente em eleições diretas mediante a disputa de chapas e composta proporcionalmente ao percentual de votos que obtiverem. Esta diretoria é obrigada a acatar e executar as decisões das assembleias e a prestar conta do uso do dinheiro.

Rio Grande do Norte

Publicamos abaixo boletim da Corrente Proletária

ABSURDO!! Condição de vida do trabalhador em educação piora a cada dia

Os trabalhadores em educação já sentem na pele a crise colocada em nível nacional. Não diferente das demais categorias de trabalhadores, percebemos que com a miséria salarial que recebemos somos empurrados a mudar o nosso padrão alimentar, pois nem mesmo os produtos básicos como o feijão e o arroz estão sendo acessíveis a todos os trabalhadores. Estamos diante de uma situação em que é mais fácil comprar um carro (em até 72 meses) do que comprar a nossa alimentação. Viver com a miséria salarial de 415,00 e aumento generalizado dos preços mostra que o governo PT/Lula não está para governar para os trabalhadores e sim para os exploradores capitalistas.

A crise social que empurra nossa juventude para a marginalidade, que retira nossos alunos da escola, que os joga nas mãos da polícia repressora do governo Lula/PT, reflete diretamente nas nossas condições de trabalho. Enquanto não conseguimos fugir desta realidade, aos trabalhadores em educação é delegada a tarefa de fazer com que esses “problemas” não interfiram no dia-a-dia da escola. Caso não consigamos fazer isso, o governo já não nos colocará no patamar de Professor Nota 10!

E como tem agido a justiça?

Numa realidade totalmente diferente e distante da nossa, a Promotora da Educação que não consegue mover um dedo contra a corrupção instalada no governo do estado, volta seus olhos para as escolas, ou melhor, para os trabalhadores. Algumas medidas da Promotoria:

- aumentar a jornada de trabalho dos funcionários, enquanto fecha os olhos para o fato do governo não os reconhecerem como parte do quadro da educação e esmagá-los de forma tirana.
- retirada da garantia da merenda para o professor com a justificativa de que deve-se cumprir a lei que beneficia o aluno. O que não vê é que, na maioria das vezes, o profissional já vem correndo de escola em escola e o governo não garante nem ao menos o vale-alimentação.
- imposição de que a merenda que sobra não pode alimentar outras pessoas fora da escola. Mas não se posiciona contra os desvios de recursos que muitas vezes impede que chegue às escolas merenda de boa qualidade e numa quantidade maior. Impor que não participemos das assembleias pois fere o direito do alunos aos 200 dias letivos. Enquanto há salas que tiveram aulas suspensas devido às chuvas, há escolas

que começaram as aulas no final do bimestre, pois estarem com suas instalações comprometidas parece não ferir o direito dos estudantes, por ser o governo o responsável.

Como podemos perceber, a Promotora da Educação só enxerga de um lado. A Corrente Proletária faz um chamado aos trabalhadores em educação a repudiar todas as medidas ditadas pela Promotoria que têm apenas o intuito de punir e desmoralizar ainda mais a categoria.

Não basta a direção fazer acordos de gabinetes com a Promotora, é preciso uma forte campanha contra suas medidas. Ou a categoria responde ou isso poderá tomar corpo nos nossos locais de trabalho. Que façamos um trabalho com toda a comunidade escolar mostrando que a defesa da escola pública depende de nossa luta conjunta.

Campanha salarial não saiu dos pratos vazios

A campanha salarial dos trabalhadores em educação divulgada na TV não serviu como algo motivador para a categoria. Como a intenção da direção do Sinte/PT-PCdoB é manter viva a aliança para as eleições municipais, não poderia ser diferente. Não representou nenhum chamado aos trabalhadores em educação para o enfrentamento com o governo Vilma/PSB.

Motivos para lutar nós temos. Devemos seguir o exemplo dos professores de São Paulo que a cada dia fortalecem mais ainda a greve.

A convocação de uma assembleia poucos dias antes do recesso escolar é justamente para responder a uma necessidade de não querer a luta. Os estudos de pólos não foram mobilizados e, portanto a categoria não participou, além do fator desconfiança. Enquanto o governo e a promotoria estão de mãos dadas descarregando em nossas costas inúmeras normas repressivas, do outro lado temos as nossas representações sindicais aliadas a esse mesmo governo. Como querer uma luta se a direção carrega nos braços as oligarquias repressoras? A Corrente Proletária entende que a tarefa encontra-se nas mãos dos setores descontentes com esta burocracia e naqueles que entendem que defender a educação pública é não cruzar os braços e sim se armar contra nossos inimigos de classe (governo) e os obstáculos que estão dentro de nossa classe (burocracia sindical). A tarefa de construir um movimento de resistência contra os opressores passa antes de tudo por uma decisão política da categoria em enfrentar nossa direção hoje aliada dos governos de plantão e assumir a luta.

Luta operária em Londrina-PR

Sobre a redução da jornada: o exemplo da Atlas

O desemprego é uma das principais preocupações dos trabalhadores. É uma arma dos capitalistas para rebaixar o salário dos que trabalham, por meio da concorrência entre empregados e desempregados.

Mas os trabalhadores não podem ficar se matando entre si, isso só favorece os exploradores. É preciso unir empregados e desempregados em uma campanha pela ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO, a divisão de todas as horas de trabalho disponíveis, por todos aqueles aptos a trabalhar.

A empresa de elevadores Atlas é um exemplo de como a jornada de trabalho depende de fatores históricos, da organização dos trabalhadores. Atuando em mais de 50 países, seus traba-

lhadores possuem jornadas diferenciadas. Aqui, são 44h semanais, na Bélgica, são 36h semanais. Mas isto não é citado pela empresa, ela só usa o exemplo da China, onde há uma maior exploração dos operários, para pressionar os trabalhadores brasileiros a aceitar piores condições e fazê-los culpar os trabalhadores chineses, que fariam uma “concorrência desleal”.

Não podemos cair na conversa dos patrões, é preciso lutar por emprego para todos, isso é o mínimo que o capitalismo oferecer, pois não ter trabalho, significa ser condenado à miséria e à degeneração.

Diante da alta dos alimentos e fome defender Salário Mínimo Vital

Direção governista da Corrente O Trabalho/PT dá golpe no IV Congresso do SINDIUTE! Convocar Assembléia Geral para destituir a direção e preparar novas eleições já!

Entre os dias 16 e 18 de Maio foi realizado no Sesc de Iparana o “VI Congresso do SINDIUTE” que contou com a participação de cerca de 250 delegados. E realizou-se numa conjuntura de profunda crise do Sindiute, cuja direção é acusada de roubo e fraude nas últimas eleições.

A direção pelega da CUT/PT montou, em conjunto com a corrente O Trabalho, um golpe no congresso para inviabilizar a participação da base histórica de professores do Sindiute em Fortaleza, que tinham pleno conhecimento da crise que vem passando a entidade e impedir que se aprovassem novas eleições.

A maioria dos delegados foram trazidos do interior, enviados pelas prefeituras petistas e sindicatos do funcionalismo ligados à CUT. Delegados estes que nunca foram filiados ao Sindiute e vinham, em grande parte, a passeio, atraídos pelas benesses de praia, hospedagem, alimentação gratuitos fornecidos por *O Trabalho*, via Sindiute. Basta dizer que parte significativa dos delegados eram dirigentes sindicais ligados ao Sindicato dos Professores da Rede Pública de Maracanaú/SUPREMA e do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Quixadá, entidades estas filiadas à CUT.

Há denúncias de fraude nas últimas eleições que deu vitória à corrente *O Trabalho*, privilégios, burocratismo, corpo mole frente à Prefeitura Luzianne Lins/PT, a co-responsabilidade política da corrente *O Trabalho* pela corrupção no sindicato etc.

O golpe estava sendo preparado desde o momento da entrega das atas dos delegados. Várias destas foram entregues pela corrente *O Trabalho* sem apresentar a matrícula do ‘delegado’. Em seguida, a repentina mudança de local do Congresso, de Fortaleza para o município de Caucaia, faltando apenas três dias para a sua realização, impossibilitou a presença de muitos professores da capital que estavam inscritos como delegados e esperavam que o congresso ocorresse no bairro do *Montese*. A vanguarda militante e parte dos professores rechaçou esta manobra golpista e optou em não participar do congresso.

A direção majoritária do SINDIUTE nunca teve a preocupa-

ção em realizar um trabalho sindical e político junto aos professores do interior do Estado. A urgência em filiar e credenciar delegados no interior foi uma conduta oportunista praticada pela corrente petista com vistas a ter uma maioria artificial no congresso.

Como se não bastassem todos estes artifícios, usados pela corrente *O Trabalho* para desmontar o congresso, esta ainda foi capaz de aprovar no regimento interno a imposição de tese guia nos debates (o que impedia o debate das outras teses inscritas). Assim o congresso já nascia liquidado, nati-morto.

Em consequência de todo o esquema montado do golpe pelo grupo da Gardênia e Cia, a Corrente Proletária na Educação/POR defendeu em sua tese que os delegados se retirassem da plenária e não compactuassem com a farsa em que se transformara o IV Congresso (foi a primeira corrente da oposição em fazê-lo). Outras correntes também se retiraram do congresso. Já a CONLUTAS e o PSTU tiveram uma postura oportunista. Ao invés de abandoná-lo no momento da apresentação de teses, quando as denúncias e todo o debate sobre os rumos do congresso haviam sido já completamente expostos, deixaram o somente depois do debate do painel que discutiria os rumos do movimento sindical, CUT ou CONLUTAS, quando haveria uma palestra com as estrelas Julio Turra, da CUT, e Geraldinho, da Apeoesp (Conlutas)

A Crise do SINDIUTE é reflexo direto da política reformista implementada pela corrente *O Trabalho/PT*. Tal crise vai manter-se enquanto não for varrido o grupo de Gardênia, Zezé, Valdecir e Cia, direção que está falida politicamente. Essa crise também não será resolvida com o afastamento e a desfiliação da categoria do sindicato, ao contrário, trata-se de participar e assumir ativamente a difícil tarefa posta aos professores: expulsar a degeneração burocrática do SINDIUTE.

Neste sentido, faz-se necessário preparar novas eleições para o SINDIUTE e colocá-lo no caminho das lutas, livrando-lhe dessa sujeira e dos governistas lá instalados.

Nesta edição:

- Artigos da Bolívia
- Eleições nos EUA
- Artigos da Argentina

Artigos do Cerqui
Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional



Com a revolução social ganharemos! Con a democracia dos ricos sempre perderemos!!

A Política de diálogos e referendos é a política da **incapacidade para esmagar a burguesia entreguista.**

O caminho da derrota são os referendos, constituintes, diálogos, enfim tudo o que significa a “revolução pacífica na democracia”. Democracia burguesa na qual a burguesia entreguista, dona de seus latifúndios e empresas privadas com aqueles que conspira contra os explorados bolivianos junto ao imperialismo o multinacionais, continua sendo o poder econômico e político do país. Váras são as queixas do MAS que estupidamente acreditou que os patrões colaborariam com seu governo para introduzir tímidas reformas em favor dos explorados sem pôr em risco a base econômica material da sociedade burguesa.

O caminho da vitória para os explorados será o da Revolução Social dirigida pelo proletariado para tomar dos opressores seus latifúndios e todos os seus grandes meios de produção privados e transformá-los em propriedade social sob um Governo Operário-Camponês, **É preciso dizer basta ao circo da politicagem entre o governo reformista pro-burguês e a oposição direitista fascista e racista!**

É preciso organizar-se e armar-se para esmagar os fascistas e libertar-nos do inútil governo impostor, montaria dos cívicos, incapaz de resolver os problemas dos explorados!

Na Bolívia não há “democracia burguesa”, as urnas são fraude e os referendos puro circo

A “democracia” colocada como um princípio abstracto só gera ficção, é preciso analisá-la como uma forma concreta que corresponde a um regime econômico social concreto. Ao capitalismo corresponde a democracia burguesa (andaime político - jurídico - institucional que garante a reprodução do sistema), aparece como fruto de uma economia mercantil desenvolvida que consolida a soberania nacional, satisfaz as necessidades básicas, estrutura seu aparato estatal com seus poderes (legislativo, executivo, judiciário, eleitoral) com um grau de equilíbrio e independência, tudo no império da lei desenvolvida em torno do respeito sacrossanto da propriedade privada sobre os meios de produção, base do poder da burguesia, tudo é permitido nesse concerto (vontade da classe dominante) e graças a seu desenvolvimento econômico se pode garantir um determinado grau de reformas, de prosperidade que constrói uma classe média acomodada que serve de colchão amortizador na luta entre burguesia e proletariado.

A expressão máxima desta democracia estaria nas urnas, onde cada cidadão (rico ou pobre) vale igual a um voto, seria o cenário

Liquidar a Meia Lua fascista e a toda a burguesia entreguista, expulsar o imperialismo (multinacionais) **significa ORGANIZAR-SE e ARMAR-SE para FAZER a REVOLUÇÃO SOCIAL** que expropriará, sem pagar um peso de indenização, os **GRANDES MEIOS DE PRODUÇÃO PRIVADOS** (latifúndios, bancos, empresas, minas, hidrocarbonetos etc.) para que passem às mãos dos oprimidos como **PROPRIEDADE SOCIAL**, para acabar com o atraso do país, fome e o desemprego, **IMPONDO o GOVERNO OPERÁRIO CAMPONÊS**, nós governaremos a partir dos **órgãos de Poder das MASSAS** (cabildos, assembléias de representantes revogáveis etc.) retomando a experiência da **Assembléia Popular de 1971. Sem a farsa dos diálogos e referendos entre burgueses e lacaios, imporemos a ditadura dos explorados contra seus exploradores ou ditadura proletária.** Isso será o Socialismo, caminho ao Comunismo.

PELO SALÁRIO MÍNIMO VITAL COM ESCALA MÓVEL AGORA!!! ÀS RUAS POR TERRA, PÃO e TRABALHO!!

ESMAGAR A DIREITA e EXPULSAR AS MULTINACIONAIS!!!

COM o PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO ao SOCIALISMO!!

(extraído do Masas boliviano, nº 2089, de 07/08)

onde o soberano (o povo) manifesta sua vontade, delega seu poder a seus representantes. A fetichização da democracia encobre o fato de que o povo vota mas a burguesia manda, o voto não é mais que a cadeia ideológica que liga o sistema capitalista que, por mais perfeita que seja, continua sendo, como dizia Lenin, a ditadura da burguesia sobre as demais classes.

Na Bolívia esta “democracia” não nasceu nem nascerá (é um privilégio dos países metropolitanos), porque o país foi condenado pelo imperialismo ao atraso, a ser semicôlonia produtora de matérias primas (não há soberania), a uma economia combinada com abismais diferenças sociais e culturais, onde a pobreza passeia nas ruas (amplos setores da classe média morre de fome), o poder executivo submete os outros poderes e, normalmente, quando o povo reclama, domina o império do garrote (não há equilíbrio nem independência entre os poderes do Estado).

A forma de funcionamento da democracia burguesa foi copiada dos países desenvolvidos, no entanto, não se pode transplantar sua base econômica que a sustenta; por isso, em seu lugar se reproduziu

uma caricatura grotesca.

A democracia, tão idolatrada pelo MAS e Meia Lua, é uma enganação para os explorados e oprimidos, as urnas só consolidam práticas de corrupção (compra de consciências), politicagem, demagogia sem limites, por isso este cenário conclui como fraude para as maiorias; os ricos podem comprar comunidades inteiras (vejam o exemplo de Max Fernández: “fatos e não palavras”), aqui o votante é só apoio para legitimar o representante que faz justamente o contrário do que promete e, quando algum setor reclama, lá está a repressão e até o massacre para frear. A lei só se aplica ao que convém para o governo de plantão, o que não lhe convém é violado sistematicamente, as ins-

A crise burguesa: A classe dominante não encontra um pilar

A falência da classe dominante é o fracasso de todas as suas expressões políticas, tanto da direita pré-histórica da Meia-Lua como do reformismo do MAS, consequência da sua incapacidade de implantar um efetivo desenvolvimento para o país a partir da perspectiva capitalista. É importante compreender que todos os ensaios feitos nesse sentido têm fracassado. A experiência do liberalismo do final do século XIX e início do século XX e, posteriormente, a experiência do nacionalismo de conteúdo burguês de 1952 foram as tentativas mais importantes e que terminaram catastróficamente. Confirmam uma das teses básicas do trotskismo que afirma que, nesta fase de desenvolvimento do capitalismo, na sua fase imperialista, quando se tornou um obstáculo para o desenvolvimento das forças produtivas, foi encerrada definitivamente a possibilidade de um desenvolvimento posterior da Bolívia no marco capitalista. E que somente a revolução social liderada pelo proletariado revolucionário pode conseguir um generoso desenvolvimento do país superando todas as formas de propriedade privada e relações de produção pré-capitalistas.

Tanto a direita como o reformismo burguês (MAS), frente a ausência de uma perspectiva própria para o desenvolvimento do país, não têm outro caminho senão acabar como lambetotas do imperialismo que se conformam em sobreviver com as migalhas deixadas pelas multinacionais como pagamento pela pilhagem realizada dos recursos naturais. Não é outro o significado, por exemplo, do governo do MAS disfarçar como “nacionalização” a compra de algumas ações, para converter o Estado em sócio majoritário dos saqueadores, ou se limitar

Governo, sem apoio em cinco Departamentos

Parece irônico, há pouco mais de dois anos aparecia como o governo mais popular da história do país. Havia alcançado 54% dos votos nas últimas eleições, mas já não pode pisar no território de cinco Departamentos (estados). Virtualmente, encontra-se encurralado como uma besta furiosa e impotente, em La Paz, Oruro, Cochabamba e quem vai saber se poderá chegar a Potosi. Basta que alguns facinoras sob o comando dos Comitês Cívicos ou de algum Governador, decidam não permitir que o Presidente pise em suas terras para que este, para evitar conflitos, desista de suas visitas programadas, sem que ninguém faça nada para parar os facinoras.

Esta pagando caro por sua lerdeza e sua estupidez, como a cínica utilização das chamadas organizações sociais para consumir suas manobras políticas, que servem como um tapete para a oposição de direita com o seu poder econômico, fazer o que quiser. Isto apesar de que esta não consegue arrastar atrás dela amplas camadas de explorados, que rapidamente começam a repudiar ambas extremidades da política burguesa.

tuições são só instrumentos para satisfazer a ânsia de oportunistas, até os tribunais são totalmente corrompidos.

A democracia burguesa é pura ilusão, por isso los referendos que a Meia Lua empurra sobre autonomias ou o revogatório do governo não são mais que circo para continuar encadeando um regime que cai em pedaços. Mas as masas aprendem na prática que as urnas não resolvem nada, pelo que recorrem à ação direta para resolver seus problemas. Isso é um indicador de que se libertam das ataduras ideológicas e suas mãos se preparam para empunhar as armas da revolução.

(extraído do Masas boliviano, nº 2089, de 07/08)

a aumentar os impostos na mineração e consolidar as concessões em favor das multinacionais e dos empresários nacionais de pequeno e médio porte em detrimento da empresa estatal.

As contradições que surgem na política da classe dominante, em grande medida, refletem os diferentes interesses que existem entre os diversos setores, tais como industriais e importadores. Estas contradições são expressas em lutas políticas (PODEMOS vs. Meia-Lua, a direita oriental vs. governo massista etc.) giram em torno de interesses imediatos e mesquinhos que nada têm a ver com um programa de alcance histórico que pudesse ser elaborado pelo conjunto da classe dominante.

Qualquer tentativa de buscar um pilar que aglutine o conjunto da classe dominante falha, tanto a frente PODEMOS como o MNR já não oferecem quaisquer perspectivas de poder cumprir este papel e este fenômeno deve-se aos comitês cívicos que aparecem como novos canais para a atividade política. Operacionalizando alguns setores, tais como o agro-industrial do Oriente boliviano, instrumentos que dia a dia vão perdendo sua capacidade de enganar os explorados em suas respectivas regiões.

Nos últimos dias, aparece na imprensa Carlos Mesa promovido por alguns setores como a figura aglutinadora de uma eventual rearticulação política da direita. Pretende-se mostrar como a resposta para a salvar, pela via democrática, um Estado burguês que desmorona peça a peça. Esta tentativa terá o mesmo destino das anteriores, não apenas pelas limitações do caráter político da personagem, mas pelas razões estruturais expostas.

(Extraído do Jornal “Masas” boliviano nº 2088, de 27/06/2008)

Se quiser sobreviver à tempestade social que está se aproximando e que ameaça a estabilidade da própria ordem burguesa (a grande propriedade privada dos meios de produção, o poder da burguesia), como governo burguês que é, não tem outra maneira senão arriar as calças para o imperialismo, para a iniciativa privada e para suas expressões políticas agora encarnadas na Meia-Lua.

Os explorados devem preparar-se adequadamente. As futuras batalhas serão ferozes e este governo vai lançar mãos dos organismos repressivos do Estado e das forças paramilitares para conter a fúria das massas.

A brutal repressão exercida contra a marcha dos professores La Paz na Praça Murillo mostra o governo de corpo inteiro. Um governo acovardado frente às ações da oposição de direita, que faz o que lquer com total impunidade; e um governo repressor contra os setores explorados que ganham as ruas para reclamar suas reivindicações. A repressão ao magistério de La Paz é uma antecipação do que será forçado a fazer no futuro.

(Extraído do Jornal “Masas” boliviano nº 2088, de 27/06/2008)

O que esperar das eleições nos Estados Unidos?

Os noticiários nos intoxicaram diariamente, durante vários meses, sobre a disputa das primárias. Finalmente, as candidaturas definidas foram de Barack Obama (democrata) e John McCain (republicano).

Agora, a pergunta que se faz é qual dos dois será melhor para o Brasil. Colocada assim a pergunta, estamos diante de um dilema burguês.

É do interesse dos capitalistas nacionais a orientação mais ou menos protecionista dos candidatos. Tradicionalmente, os democratas expressam o protecionismo.

Não por acaso, McCain adiantou seu discurso em direção ao etanol brasileiro. Aproveitou e levantou a bandeira ecológica da energia mais limpa e economicamente sustentável. Procurou identificar Obama com os interesses protecionistas dos setores capitalistas norte-americanos ligados ao etanol extraído do milho e aos subsídios, sem os quais não se pode concorrer com o etanol da cana-de-açúcar.

McCain acenou também com a possibilidade dos Estados Unidos defenderem o ingresso do Brasil no G-8. Gesto que engrandece a burguesia semicolonial brasileira.

Mas há argumentos de outro naipe que projetam Obama. Não seria do interesse do Brasil maior estabilidade nas relações mundiais? O democrata prometeu retirar os soldados do Iraque, abrir conversações com desafetos dos Estados Unidos no Oriente Médio e reconsiderar o bloqueio econômico sobre Cuba. Assim, Obama procura se identificar como oposição à diretriz exterior de George W. Bush. McCain se viu obrigado a garantir a herança do governo republicano, marcado pela ofensiva bélica.

Como dissemos, o dilema McCain e Obama diz respeito à burguesia. Seus porta-vozes querem que pensemos que se trata de um dilema universal, do Brasil, de toda população brasileira.

McCain e Obama representam frações da burguesia imperialista norte-americana, expressam os interesses gerais do imperialismo e são guardiões históricos do capitalismo.

Como representantes de frações internas, vão traçar políticas de como melhor explorar o proletariado e demais pobres norte-americanos. As condições econômicas da economia norte-americana não são boas, caminham rumo à recessão e elevação do custo de vida. A demagogia de Obama para atrair a população negra e imigrante não

resistirá aos primeiros meses de governo, caso seja eleito. A crise tem de ser descarregada sobre as massas. McCain fará o mesmo, com diferença de aspectos. Ambos são candidatos da burguesia monopolista.

Como representantes dos interesses gerais do imperialismo, ambos recrudescerão a ofensiva militar contra nações e povos oprimidos. É falsa a idéia de que Obama fará recuar as tendências bélicas do capitalismo, encarnada pelo imperialismo, sob a chefia dos Estados Unidos. A alta dos preços do petróleo e a explosão dos preços dos alimentos se combinam com a retração econômica mundial. O que significa que o saque sobre as semicolônias deve ser ampliado. Como fazê-lo, sem o cerco bélico e o intervencionismo? As fontes de petróleo e demais riquezas naturais terão de ser mais controladas ainda pelo capital multinacional. Os conflitos no Iraque e Irã não serão resolvidos pacificamente. Igualmente, não será possível dissipar o quadro de confronto com a China e a Rússia, que restauram o capitalismo e pretendem manter o controle de suas economias. Governos como os de Chávez e Evo Morales terão de recuar em suas pretensões nacionalistas, ou serão fustigados pelos Estados Unidos, mais do que o são agora.

Como guardiões históricos do capitalismo, tanto Obama quanto McCain continuarão a combater no mundo inteiro a revolta das massas e os movimentos revolucionários. Com a mudança do quadro econômico, a luta de classe ganhará novas dimensões. A resistência do proletariado e da classe média pobre contra medidas de ataque ao trabalho e às condições de vida já está em andamento. Obama e McCain se verão de frente com tendências mais profundas de luta dos oprimidos no mundo todo. A instabilidade política de governos burgueses coloca para o imperialismo a necessidade do intervencionismo. O imperialismo garante pela força econômica e bélica a continuidade da barbárie capitalista.

A burguesia brasileira e seus advogados querem que as massas sejam simpáticas ou à candidatura democrata, ou republicana. Para isso, falseiam a essência do caráter imperialista de ambos os partidos, obscurecendo-a com esta ou aquela diferença entre Obama e McCain. A idéia de que Obama é mais progressista e melhor para a paz mundial não passa de uma máscara que acoberta a inevitabilidade do crescimento das tendências bélicas do imperialismo.

Argentina

Tribunais populares para julgar e punir os assassinos, genocidas e à burguesia, por seus crimes de classe

Punição para Sobisch e todos os responsáveis

Sobisch, seus ministros e chefes policiais responsáveis pela repressão deveriam ser punidos com prisão pelo assassinio de Fuentealba. A Justiça os deve imputar como responsáveis e colocá-los no banco dos réus, não basta depor como testemunhas. Eles devem ser responsabilizados e acusados de homicídio, devem ser processados, e colocados atrás das grades, queremos todos os nomes, cargos e funções dos responsáveis.

Se conseguirmos avançar com esta bandeira democrática, será resultado da tenaz luta popular exigindo o julgamento e a punição dos responsáveis, a única coisa que irá garantir que eles continuem atrás das grades, é aprofundar a mobilização.

O confronto entre as frações do poder pode ajudar a alcançar nosso objetivo, mas não devemos abrigar qualquer ilusão, todos eles são

unidos por questões de princípio: a defesa incondicional do regime, defender as negociatas dos barões do petróleo, entre outros. Sapag continua da mesma forma que Sobisch a negociar com as empresas, dando de presente os recursos naturais.

Carlos Fuentealba, Darius e Maxi e milhares de trabalhadores foram mortos pela burguesia por lutar por reivindicações como salário, emprego, saúde, habitação, terra, etc. Nós explorados usamos o método da ação direta (greve, o bloqueio de estradas, ocupação de fábricas etc.) para lutar contra os nossos exploradores. A burguesia usa seu braço armado (polícia, exército etc.) pra reprimir e matar os explorados, sustentar a propriedade privada dos meios de produção e ao Estado como instrumento de opressão.

Poblete está sendo julgado pela mesma justiça que defende a propriedade privada e a burguesia como classe. Poblete deveria ser con-

denado à prisão perpétua, assim como Sobisch. Mas isso não basta, queremos punir a todos, à classe burguesa.

A única maneira de punir a burguesia pelos seus crimes contra os explorados é expropriando-a do poder, ou seja, destruir o seu Estado e todas as suas instituições. A ameaça contra os companheiros de H.I.J.O.S (Hijos e Hijas por la Identidad y la Justicia contra el Olvido y el Silencio, Associação dos filhos dos desaparecidos políticos argentinos), mostra que os serviços de inteligência ainda estão intactos, que os governos continuam sustentando-os e financiando-os pois necessitam atacar os trabalhadores. A polícia é parte disso, e o Estado protege-os. É por isso que não devemos pedir a eles para investigar.

Para conquistar todas as nossas reivindicações, tanto salariais, como democráticas, não se trata de “aprofundar a democracia”, é preciso acabar com este sistema, que é a ditadura do capital contra os trabalhadores. Só a revolução social irá terminar com a destruição do planeta, irá reter os traços fascistas no mundo (políticas contra imigrantes na Europa) e do país, irá garantir a vida dos explorados e oprimidos.

Operários e oprimidos: Lutemos com independência política

A incapacidade, a covardia, a corrupção, as mentiras, o parasitismo do governo dos patrões são sofrimentos de todos nós. O governo não pode pôr fim à crise. Os mesmos setores com quem está associado e protegeu por anos são os que agora pressionam e impõem condições gerando a maior crise política desde que assumiram o governo.

Os Kirchners não quiseram voltar atrás na entrega fraudulenta de YPF, agora, pagamos com a escassez de petróleo que afeta toda a população. As multinacionais petrolíferas não investem em pesquisa, e pressionam para obter o maior preço possível, como se os poços não estivessem aqui, mas no Oriente Médio. A pressão é muito fácil, desabastecem até o preço subir, e depois volta a aparecer os combustíveis. A falta não está relacionada somente com os bloqueios das rodovias. O governo nacional e os provinciais (estaduais) ratificaram a política de entrega do petróleo além da extensão das licenças de exploração.

Os Kirchners continuaram sua política de concentração e de livre ação das multinacionais, deixavam livres seus portos, seus silos, a sua decisão de produzir o que queriam, onde queriam, com vista à exportação.

O capital financeiro foi organizado para aumentar a exploração dos campos, deslocando fazendas tradicionais.

Os Kirchners somente quiseram se associar às multinacionais para angariar fundos para pagar a dívida externa fraudulenta e para subsidiar os capitalistas. Agora, esses mesmos setores impulsionam a rebelião para ficar com a maior fatia de um grande negócio que pode ficar ainda maior num futuro próximo.

Eles renovaram - quem sabe a que preço - as licenças dos canais de televisão e fizeram vista grossa às suas negociatas. O monopólio da produção e da distribuição do papel para

a impressão dos jornais não foi tocado. Essa mesma gangue da comunicação, agora, se joga contra eles e procura falar em nome dos setores que são protestam contra a sua política.

Hoje se rebela contra o governo um setor importante da classe média rural e também da urbana, por trás dos protestos dirigidos pelos setores oligárquicos com a bandeira de que se reduzam as retenções. Esse setor aderiu ao protesto porque aparece enfrentando massiva e nacionalmente o governo, não nos discursos, mas com piquetes, com bloqueio de estradas, com atos e mobilizações maciças, enfrentando a polícia. A classe média identifica o governo como seu inimigo, o faz responsável pela inflação, pelo desabastecimento, pela insegurança e é arrastada cegamente pelo protesto canalizado pelos pequenos agricultores e chacareiros, mas conduzido pelos setores mais poderosos do campo. Provocações de Moreno com suas bobagens ou de D'Elia, impulsionadas pela ação miserável da mídia ultra-concentrada, não fizeram senão incentivar mais setores a ganhar as ruas. O fracasso do governo está à vista. A pobreza e a miséria continuam aumentando. Os empregos precarizados continuam a alcançar cifras altíssimas. Milhares de trabalhadores foram suspensos ou demitidos nas últimas semanas devido à crise. Os ricos estão cada vez mais ricos e cada vez mais concentrados. A redistribuição dos rendimentos é uma piada. Os setores ligados à repressão e ao golpismo estão nas ruas e agindo, sob a responsabilidade do Governo. Não se desmantelou a SIDE, Lopez continua desaparecido, não se investigou o crime de Kosteki e Santillán. No governo e no PJ (Partido Justicialista – peronista), coexistem setores de extrema direita ligados à repressão e às gangues do passado, com setores patronais que impulsionaram o golpe de 1976 e os anteriores. Todos eles

- Salário mínimo igual ao custo da cesta básica familiar para todos os trabalhadores, ativos e passivos, o campo e da cidade; impedir que a inflação dissolva nossos bolsos.
- Trabalho Pleno, acabar com o trabalho precarizado, distribuindo todas as horas de trabalho disponíveis a todos os empregados sem afetar o salário.
- Nacionalização dos setores bancário e de comércio exterior, para recuperar o crédito e a chamada soberania alimentar.
- Expropriação sem pagamento dos latifúndios, portos, silos.
- Desconhecer a dívida externa. Todos os recursos devem ser alocados para a saúde, educação e habitação.
- Eliminação do IVA (imposto de valor Agregado) para todos os produtos da cesta básica, que os capitalistas paguem mais impostos para sustentar o seu Estado.
- Julgamento e punição de todos os assassinos da classe trabalhadora.
- Tribunais Populares baseados na ação direta das massas.

têm traços antinacionais e antioperário, mas agora parecem estar em trincheiras opostas. A democracia e as instituições: agora, parece que existe Congresso e pode servir para alguma coisa. Alguns dizem que trarão mais democracia para a democracia, outros que esta questão das deduções deveria ter sido tratada anteriormente no Congresso. Que o Congresso deveria ser o terreno para as negociações entre as frações capitalistas, que lutam em uma ou outra direção, não significa que não sobreviva como uma instituição parlamentar. Na Argentina não houve, não há e nem poderá haver jamais democracia burguesa tal como é conhecida nas potências capitalistas. Não podemos despertar ou permitir despertar qualquer ilusão no Congresso em particular, nem na democracia em geral. Por acaso poderão ser discutidos democraticamente todos os assuntos do campo? Quem será o porta-voz dos trabalhadores, a maior parte da população afetada pela exploração agrícola? As suas reivindicações serão expressas, através de quem? Haverá algum setor que até mesmo consiga expressar as camadas mais pobres dos camponeses? Não, eles estão todos mancomunados, isso é uma farsa. A classe trabalhadora, parando e se mobilizando atrás das bandeiras do governo, está desfigurada, não atua como classe, vai atrás de bandeiras que são de outra classe. A classe trabalhadora se reconhece pelo seu próprio ponto de vista da luta de classes, por seus métodos, por suas palavras-de-ordem, por sua estratégia de independência política frente a todas as frações capitalistas. Todas as nossas reivindicações só serão possíveis com a destruição do sistema capitalista e da formação de um governo operário e camponês (ditadura do proletariado) resultado da insurreição armada das massas.

(Boletim do POR argentino distribuído no final de junho/08)